

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	9
Demonstração do Valor Adicionado	10
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	13
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	53

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	56
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.168
Preferenciais	218.335
Total	327.503
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2011	Dividendo	23/09/2011	Ordinária		0,51486
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2011	Dividendo	23/09/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	0,51486
Reunião do Conselho de Administração	05/05/2011	Juros sobre Capital Próprio	20/07/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	1,82454
Reunião do Conselho de Administração	05/05/2011	Juros sobre Capital Próprio	20/07/2011	Ordinária		0,03189
Reunião do Conselho de Administração	05/05/2011	Juros sobre Capital Próprio	20/07/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	0,03189
Reunião do Conselho de Administração	04/08/2011	Juros sobre Capital Próprio	21/10/2011	Ordinária		0,15655
Reunião do Conselho de Administração	04/08/2011	Juros sobre Capital Próprio	21/10/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	0,15655

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	18.326.510	18.884.004
1.01	Ativo Circulante	881.959	857.842
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.443	77
1.01.02	Aplicações Financeiras	397.113	170.683
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	397.113	170.683
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	397.113	170.683
1.01.03	Contas a Receber	335.349	353.702
1.01.03.01	Clientes	335.349	353.702
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores / RTE e CCEE	356.457	374.810
1.01.03.01.02	Perda estimada de créditos	-21.108	-21.108
1.01.04	Estoques	43.772	51.670
1.01.07	Despesas Antecipadas	322	2.734
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	102.960	278.976
1.01.08.03	Outros	102.960	278.976
1.01.08.03.01	Tributos e Contribuições Compensáveis	20.564	12.269
1.01.08.03.02	Cauções e Depósitos Vinculados	0	171.266
1.01.08.03.03	Outros	82.396	95.441
1.02	Ativo Não Circulante	17.444.551	18.026.162
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.432.231	1.541.141
1.02.01.03	Contas a Receber	18.987	20.399
1.02.01.03.01	Clientes	18.987	20.399
1.02.01.06	Tributos Diferidos	983.219	1.101.569
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	983.219	1.101.569
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	430.025	419.173
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	430.025	419.173
1.02.02	Investimentos	8.172	8.172
1.02.02.01	Participações Societárias	8.172	8.172
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	8.172	8.172
1.02.03	Imobilizado	16.004.148	16.476.849
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	16.004.148	16.476.849

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	18.326.510	18.884.004
2.01	Passivo Circulante	1.274.329	1.583.289
2.01.02	Fornecedores	46.577	68.302
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	46.577	68.302
2.01.03	Obrigações Fiscais	87.488	92.827
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	87.488	92.827
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições Sociais	87.488	92.827
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	421.050	572.901
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	421.050	572.901
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	231.378	89.851
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	189.672	483.050
2.01.05	Outras Obrigações	719.214	849.259
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	40.201	37.283
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	40.201	37.283
2.01.05.02	Outros	679.013	811.976
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	47.842	164.731
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares / Enc. Uso do Sist. Transmissão	85.489	100.925
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	37.358	41.627
2.01.05.02.06	Obrigações Socioambientais	24.095	24.172
2.01.05.02.07	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	300.070	285.123
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	184.159	195.398
2.02	Passivo Não Circulante	6.617.239	6.825.764
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.258.333	2.197.143
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.258.333	2.197.143
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.071.893	1.040.110
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.186.440	1.157.033
2.02.02	Outras Obrigações	3.114.102	3.200.455
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	116.452	135.968
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	116.452	135.968
2.02.02.02	Outros	2.997.650	3.064.487
2.02.02.02.03	Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	929.395	1.039.553
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares / Enc. de Uso do Sist. Transmissão	5.184	5.184
2.02.02.02.05	Provisão para Riscos Legais	1.794.643	1.588.598
2.02.02.02.06	Obrigações Socioambientais	212.252	228.492
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	26.462	87.577
2.02.02.02.08	Tributos e Contribuições Sociais - Parcelamentos	29.714	115.083
2.02.03	Tributos Diferidos	1.244.804	1.428.166
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.244.804	1.428.166
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.244.804	1.428.166
2.03	Patrimônio Líquido	10.434.942	10.474.951
2.03.01	Capital Social Realizado	5.975.433	5.975.433
2.03.02	Reservas de Capital	1.929.098	1.929.098
2.03.04	Reservas de Lucros	732.182	622.747
2.03.04.10	Reserva de Lucros	732.182	622.747
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.798.229	1.947.673

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	735.302	2.161.800	757.104	2.141.242
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-443.519	-1.301.627	-443.426	-1.336.907
3.02.01	Pessoal	-62.753	-165.108	-52.589	-153.262
3.02.02	Entidade de Previdência Empregados - Cntribuição ao Plano	-2.223	-6.174	-1.933	-5.949
3.02.03	Entidade de Previdência Empregados - CPC 33 / IAS 19	-10.402	-29.886	26.314	16.133
3.02.04	Material	-5.341	-12.817	-2.488	-8.871
3.02.05	Serviços de Terceiros	-29.334	-85.650	-22.172	-64.850
3.02.06	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-46.449	-141.269	-44.542	-135.625
3.02.07	Energia Comprada	0	0	-37.561	-83.154
3.02.08	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Serviços do Sistema	-89.208	-248.517	-78.047	-242.539
3.02.09	Taxas do Setor Elétrico	-4.215	-12.669	-4.443	-12.487
3.02.10	Créditos de COFINS / PIS s/ Encargos de Uso da Rede / Energia	8.341	22.482	9.671	28.362
3.02.11	Depreciação	-194.037	-583.869	-195.213	-586.054
3.02.12	Provisões Operacionais	-5.051	-19.805	-34.490	-68.802
3.02.13	RTE - Despacho 2517 / 2010 - ANEEL	39	-9.606	0	0
3.02.14	Outras Despesas	-2.886	-8.739	-5.933	-19.809
3.03	Resultado Bruto	291.783	860.173	313.678	804.335
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-76.365	-217.368	-119.920	-187.414
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-76.365	-217.368	-119.920	-187.414
3.04.05.01	Outras (Despesas) Receitas Líquidas	-76.365	-217.368	-119.920	-187.414
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	215.418	642.805	193.758	616.921
3.06	Resultado Financeiro	-332.238	-543.419	-20.080	-349.702
3.06.01	Receitas Financeiras	15.602	35.636	18.053	57.103
3.06.02	Despesas Financeiras	-347.840	-579.055	-38.133	-406.805
3.06.02.01	Encargos da Dívida / Outras	-81.387	-278.403	-107.715	-311.926
3.06.02.02	Variações Monetárias Líquidas	-49.575	-163.996	-39.340	-139.259
3.06.02.03	Variações Cambiais Líquidas	-216.878	-136.656	108.922	44.380
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-116.820	99.386	173.678	267.219

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	18.255	-64.395	-63.914	-50.862
3.08.01	Corrente	-58.313	-172.782	-39.249	-101.509
3.08.02	Diferido	76.568	108.387	-24.665	50.647
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-98.565	34.991	109.764	216.357
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-98.565	34.991	109.764	216.357
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.047.135	1.021.841
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.276.395	1.221.985
6.01.01.01	Lucro Líquido	34.991	216.357
6.01.01.02	Depreciação	586.680	587.219
6.01.01.03	Juros, Variação Monetárias e Cambiais	543.419	344.049
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-108.387	-50.646
6.01.01.05	Ganho na Consolidação do REFIS	-19.956	0
6.01.01.06	Provisões para Riscos Legais	212.549	157.280
6.01.01.07	Entidade de Previdência - CPC 33 / IAS 19	29.886	-41.829
6.01.01.08	Outras	-2.787	9.555
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-229.260	-200.144
6.01.02.01	Valores a Receber	18.353	1.485
6.01.02.02	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	-8.295	33.454
6.01.02.03	Almoxarifado	7.898	1.946
6.01.02.04	Despesas Pagas Antecipadamente	2.412	-3.426
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados	160.414	85.504
6.01.02.06	Outros Créditos	14.457	41.989
6.01.02.07	Fornecedores	-21.725	-16.282
6.01.02.08	Tributos e Contribuições Sociais	-3.938	-12.807
6.01.02.09	Pagamentos a Entidade de Previdência Privada	-29.886	-29.626
6.01.02.10	Taxas Regulamentares / Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-15.436	916
6.01.02.11	Pagamentos de Riscos Legais	-24.263	-40.911
6.01.02.12	Parcelamento de Ações de Desapropriações - Cindidas	-77.844	0
6.01.02.13	Pagamentos Obrigações Sócioambientais - TAC	-19.941	58.739
6.01.02.14	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	-4.269	-198
6.01.02.15	Outros Passivos	-13.321	-122.498
6.01.02.16	Juros Pagos referente Empréstimos e Financiamentos	-213.876	-198.429
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-114.433	-71.162
6.02.01	Imobilizado	-114.433	-71.162
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-703.906	-836.550
6.03.01	Empréstimos, Financiamentos Captados	169.793	0
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-662.013	-740.367
6.03.03	Pagamentos de Principal - REFIS	-25.202	-27.501
6.03.04	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-186.484	-68.682
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	228.796	114.129
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	170.760	229.457
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	399.556	343.586

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	622.747	0	1.947.673	10.474.951
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	622.747	0	1.947.673	10.474.951
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-75.000	0	-75.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-75.000	0	-75.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	109.435	75.000	-149.444	34.991
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.991	0	0
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	109.435	40.009	-149.444	0
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	149.444	-149.444	0
5.05.02.06	Transferência para Reservas de Lucro	0	0	109.435	-109.435	0	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	732.182	0	1.798.229	10.434.942

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	618.095	-48.061	2.146.784	10.621.349
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	618.095	-48.061	2.146.784	10.621.349
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-75.000	0	-75.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-75.000	0	-75.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	365.691	-149.334	216.357
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	216.357	0	216.357
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	149.334	-149.334	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	618.095	242.630	1.997.450	10.762.706

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	2.470.923	2.442.328
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.470.923	2.442.328
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-351.100	-417.770
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-102.583	-92.077
7.02.04	Outros	-248.517	-325.693
7.02.04.01	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Serviços do Sistema	-248.517	-242.539
7.02.04.02	Energia Comprada	0	-83.154
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.119.823	2.024.558
7.04	Retenções	-586.680	-587.219
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-586.680	-587.219
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.533.143	1.437.339
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-266.487	-86.788
7.06.02	Receitas Financeiras	35.636	57.103
7.06.03	Outros	-302.123	-143.891
7.06.03.01	Variações Cambias Líquidas	-136.656	44.380
7.06.03.02	Entidade de Previdência - CPC 33 / IAS 19	-29.886	16.133
7.06.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	108.387	50.647
7.06.03.04	Provisões Operacionais	-19.805	-68.802
7.06.03.05	RTE Despacho 2517 / 2010 - ANEEL	-9.606	0
7.06.03.06	Outras Despesas / (Receitas) Líquidas	-214.557	-186.249
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.266.656	1.350.551
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.266.656	1.350.551
7.08.01	Pessoal	128.293	122.507
7.08.01.01	Remuneração Direta	120.263	114.858
7.08.01.04	Outros	8.030	7.649
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	416.277	328.740
7.08.02.01	Federais	416.191	328.646
7.08.02.03	Municipais	86	94
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	687.095	682.947
7.08.03.01	Juros	278.403	311.926
7.08.03.02	Aluguéis	4.623	1.453
7.08.03.03	Outras	404.069	369.568
7.08.03.03.01	Variações Monetárias	163.996	139.259
7.08.03.03.02	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	141.269	135.625
7.08.03.03.03	Reserva Global de Reversão - RGR	64.270	60.827
7.08.03.03.04	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	21.865	21.370
7.08.03.03.05	Taxas de Fiscalização - ANEEL / Outros Encargos	12.669	12.487
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	34.991	216.357
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	34.991	216.357

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**DESEMPENHO OPERACIONAL**

	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>Variação (%)</u>
Receita Operacional Líquida			
No 1º Trimestre	726.289	695.725	4,39
No 2º Trimestre	700.209	688.413	1,71
No 3º Trimestre	735.302	757.104	(2,88)
	<u>2.161.800</u>	<u>2.141.242</u>	<u>0,96</u>

ANÁLISE DO RESULTADO DO TRIMESTRE

O comportamento dos preços médios de fornecimento e suprimento, desconsiderados os efeitos da energia de comercialização de curto prazo, apresenta-se como segue:

	<u>Trimestres Findos em Setembro (*)</u>		
	<u>Preço Médio R\$/MWh</u>		
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>Variação (%)</u>
Vendas			
Fornecimento - Consumidores Livres	102,44	93,46	9,61
Suprimento - Leilão de Energia	98,22	91,71	7,10

As receitas operacionais da Companhia no terceiro trimestre de 2011 atingiram R\$ 840,5 milhões, resultado obtido, principalmente, com o aumento dos preços de venda de energia no ambiente de contratação regulada, que registrou R\$ 531,1 milhões e pela venda de energia a consumidores livres e agentes comercializadores, que totalizaram R\$ 285,2 milhões (Nota 24.3).

Os custos e despesas operacionais no trimestre ficaram em R\$ 443.519 mil, com aumento em material e serviços de terceiros, decorrentes das atividades de reflorestamento e variações em itens regulados e/ou não gerenciáveis, refletindo na elevação de 0,02% em relação ao trimestre do ano anterior.

Em decorrência das receitas e despesas operacionais verificadas no trimestre, o Resultado Bruto (Resultado do Serviço) atingiu R\$ 291.783 mil e o EBITDA (ajustado) ficou em R\$ 501.273 mil.

O Resultado Bruto após dedução da rubrica Outras receitas (despesas) operacionais atingiu R\$ 215.418 mil.

O Resultado Financeiro atingiu R\$ 332,2 milhões negativo. As receitas financeiras atingiram R\$ 15,6 milhões. A dívida em moeda estrangeira foi impactada pela desvalorização de 18,8% do Real frente ao Dólar norte-americano, refletindo na apropriação de despesas com variações cambiais da ordem de R\$ 216,9 milhões. Os encargos da dívida e outras despesas financeiras totalizaram R\$ 81,4 milhões e as despesas de variações monetárias foram de R\$ 49,6 milhões (Nota 26).

Em decorrência dos eventos comentados, a Companhia apurou prejuízo antes dos impostos de R\$ 116,8 milhões. Após a apropriação da despesa com o imposto de renda e Contribuição Social sobre o lucro fiscal tributável e a realização de impostos diferidos (ativo/passivo), a Companhia encerrou o terceiro trimestre de 2011 com prejuízo de R\$ 98,6 milhões.

(*) Não revisado pelos Auditores Independentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	<u>30.09.2011</u>	<u>30.09.2010</u>
1. Endividamento do Ativo		
Passivo Circulante e Não Circulante		
----- =	0,43	0,44
Ativo Total		
2. Liquidez Corrente		
Ativo Circulante		
----- =	0,69	0,57
Passivo Circulante		
3. Valor Patrimonial da Ação - R\$	= 31,86	26,94
	Trimestres findos em Setembro	
	2011	2010
4. Preço Médio Geral - R\$ por MWh (*)		
Receita de Suprimento e Fornecimento		
----- =	96,43	94,77
Energia Vendida (MWh)		
5. Margem Operacional - %		
Resultado do Serviço		
----- =	39,68%	41,43%
Receita Operacional Líquida		
6. Taxa de Retorno do Imobilizado - %		
Resultado do Serviço		
----- =	1,85%	2,85%
Ativo Imobilizado Líquido em Serviço		
7. Quadro de Empregados - nº (**)	= 1.341	1.466
8. Aplicação em Imobilizado - R\$ mil	= 30.061	43.653

(*) Exclui Energia de Curto Prazo - CCEE

(**) Não revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO DE 9 MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011

1 CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram revisados pelos auditores independentes)

1.1 Contexto Operacional

A CESP – Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma companhia de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

As ações da Companhia são negociadas principalmente na BM&FBOVESPA S/A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo e desde 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa, também da Bovespa. Como consequência, a Administração da Companhia vem continuamente aperfeiçoando a prestação de informações ao mercado.

A CESP possui um parque gerador instalado de 7.456 MW (Nota 11.2), totalmente de origem hidráulica, correspondente a 52,4% da potência hidráulica instalada no Estado de São Paulo, composto pelas usinas de Ilha Solteira, Três Irmãos, Jupιά, Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), Jaguari e Paraibuna.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a CESP tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e opera suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, estando autorizada a comercializar 3.916 MW médios durante o ano, o que equivale a aproximadamente 34.398 GWh, ou seja, cerca de 7,4% da garantia física do país, de origem hidráulica.

Usinas	Produção em MWh							
	2011				2010			
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	Acumulado	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	Acumulado
Ilha Solteira	4.472.504	4.414.958	4.187.512	13.074.974	4.655.590	4.261.713	4.323.945	13.241.248
Três Irmãos	1.039.623	936.419	776.294	2.752.336	1.172.469	736.443	704.271	2.613.183
Jupιά	2.047.590	2.236.268	2.380.085	6.663.943	2.288.820	2.339.655	2.416.279	7.044.754
Porto Primavera	2.594.354	2.576.858	2.588.127	7.759.339	2.464.573	2.532.826	2.562.675	7.560.074
Paraibuna	83.497	118.646	137.147	339.290	176.145	173.830	167.244	517.219
Jaguari	22.827	11.675	-	34.502	22.827	11.675	-	34.502
Total	10.260.395	10.294.824	10.069.165	30.624.384	10.780.424	10.056.142	10.174.414	31.010.980

Da receita operacional da Companhia no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2011, 75% (70% em 2010) foram provenientes de suprimento de energia elétrica a Revendedores (contratos de venda de energia, agentes comercializadores e clientes contratados em leilões de energia) e 23% (26% em 2010) proveniente do segmento fornecimento de energia (consumidores livres), sendo os restantes 2% (4% em 2010) decorrentes de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e outras receitas (Nota 24.3).

Notas Explicativas

1.2 Comercialização de Energia (Leilões de Energia)

A CESP participou de leilões para o suprimento de energia elétrica às concessionárias de distribuição atuantes no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo quatro leilões de compra de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes e dois leilões de compra de energia provenientes de novos empreendimentos.

A CESP vendeu, através de leilões, 2.288 MW médios de energia existente e 230 MW médios de energia nova, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

LEILÃO DE EMPREENDIMENTOS EXISTENTES	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (MWm)	Preço CESP (R\$)	Base	Preço Médio Ponderado dos Participantes (*)
Produto 2005	2005 a 2012	800,0	62,10	jan/05	57,51
Produto 2006	2006 a 2013	1.178,0	68,37	jan/05	67,33
Produto 2007	2007 a 2014	20,0	77,70	jan/05	75,46
Produto 2008	2008 a 2015	170,0	83,50	mai/05	83,13
Produto 2009	2009 a 2016	120,0	93,40	nov/05	94,91
		2.288,0			

LEILÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (MWm)	Preço CESP (R\$)	Base	Preço Médio Ponderado dos Participantes (*)
Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	82,0	124,97	jul/06	124,83
Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	148,0	116,00	jan/06	114,83
		230,0			

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes

Os preços obtidos nos leilões estão sendo atualizados pelo IPCA, na data de reajuste tarifário das distribuidoras com a ANEEL (Nota 24.2).

1.3 Renovação das Concessões

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação de parte das concessões não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa e/ou obrigatoriedade de renegociação dos contratos de venda de energia para atendimento ao mercado regulado), os atuais níveis de rentabilidade e atividade da Companhia poderão ser alterados, o que pode afetar a recuperação do saldo do ativo imobilizado.

1.4 Risco Hidrológico

Quatro das principais usinas hidrelétricas da CESP, que representam 99% da energia assegurada para venda, concentram-se na área de influência da bacia do rio Paraná, região noroeste do Estado de São Paulo. As usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos operam com reservatórios de acumulação, enquanto os reservatórios de Jupia e Porto Primavera operam a fio d'água. A localização geográfica é considerada favorável, pois o rio Paraná é formado pela confluência de dois grandes rios, o Paranaíba, que desce da região centro-oeste do país, e o rio Grande, na divisa com o Estado de Minas Gerais. Além deles, o rio Tietê é afluente do rio Paraná, a montante (rio acima) da Usina de Jupia.

A Companhia construiu um canal – Canal de Pereira Barreto – com cerca de 9,6 km de comprimento, interligando os reservatórios das usinas de Três Irmãos e Ilha Solteira, o que permite sua operação integrada. As usinas da Companhia, na área de influência da bacia do rio Paraná, situam-se a jusante (rio abaixo) de outras usinas hidrelétricas existentes a montante, de modo que se beneficiam de estar praticamente no fim da cascata, tendo apenas a usina de Itaipu à jusante.

A região é tropical, de elevados índices de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente atuará objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia

Notas Explicativas

– MRE, um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema, são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização – TEO de R\$ 8,99 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1098, de 14 de dezembro de 2010, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2011). Durante 2010 vigorou a TEO de R\$ 8,51 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 926, de 15 de dezembro de 2009).

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Declaração de Conformidade

As informações trimestrais da CESP foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Companhia adotou todos os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e pelo IASB que são efetivas para o período findo em 30 de setembro de 2011. As principais práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados.

2.2 Base de Elaboração

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A CVM, durante os anos 2009 e 2010, aprovou diversos pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC, que alteraram determinadas práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativa a 1º de janeiro de 2009 (data da transição), para fins de comparação. As informações relativas ao período findo em 30 de setembro de 2011 já contemplam a adoção desses normativos, e as demonstrações contábeis correspondentes ao período encerrado em 30 de setembro e 31 de dezembro de 2010 foram ajustadas e reclassificadas, a fim de considerar a aplicação desses normativos e tornar as demonstrações contábeis comparativas entre os períodos divulgados.

2.3 Moeda Funcional e Conversão de Saldos e Transações em Moeda Estrangeira

Os itens incluídos nas informações trimestrais são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que a empresa atua. As informações trimestrais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas em que as transações foram realizadas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais da Companhia foram preparadas com base nas mesmas práticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.21 às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Tipo de Aplicação	30.09.2011	31.12.2010
Caixa			
Depósitos bancários à vista.....		2.443	77
Aplicações Financeiras			
Banco do Brasil S.A. - SIAFEM ...	Fundo	378.320	155.896
Banco Bradesco S.A.	CDB / CDI	9.857	9.067
Outras Instituições.....	CDB / CDI	8.936	5.720
		<u>397.113</u>	<u>170.683</u>
		<u>399.556</u>	<u>170.760</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB's, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte das instituições financeiras, de recomprá-lo e, do comprador, de revendê-lo no futuro e são remuneradas entre 95% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e a fundo vinculado ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, fundo este 95% lastreado em títulos do Tesouro Nacional e 5% em Letra Financeira do Tesouro Estadual, remuneradas entre 95% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5 VALORES A RECEBER

	30.09.2011	31.12.2010
	Total	Total
Consumidores		
Industrial (a).....	51.598	58.072
Comercial.....	229	-
Serviços públicos.....	16.979	16.338
	<u>68.806</u>	<u>74.410</u>
Revendedores		
Contratos de Compra de Energia.....	9.139	6.079
Agentes Comercializadores	27.400	28.212
Leilões de Energia.....	225.596	222.555
	<u>262.135</u>	<u>256.846</u>
Energia Livre / CCEE		
Energia Livre (RTE) - Despacho ANEEL nº 2517.....	15.952	13.651
CCEE (b).....	9.564	29.903
	<u>25.516</u>	<u>43.554</u>
Total.....	<u>356.457</u>	<u>374.810</u>

(a) A Companhia mantém registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 4.172, para cobrir prováveis riscos na realização de saldos de consumidores (Nota 6).

(b) Mediante declaração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE sobre o desligamento do agente União Comercializadora de Energia S/A, por descumprimento de obrigação, a Companhia mantém registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 3.824 (Nota 6).

5.1 Consumidores e Revendedores

A Companhia possui certo grau de concentração em sua carteira de clientes. Em 30 de setembro de 2011, a concentração dos cinco principais clientes é de 29% do total da carteira (29% em 31 de dezembro de 2010).

5.2 Energia Livre – RTE

Notas Explicativas

Em 26 de agosto de 2010, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2.517, que fixou os montantes finais de repasse de Energia Livre, atualizados até julho de 2010, a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, cuja composição é apresentada no quadro a seguir:

Energia Livre (RTE)

Saldo em 31.12.2010.....	13.651
Atualização.....	3.954
Recebimentos.....	<u>(1.653)</u>
Saldo em 30.09.2011.....	<u><u>15.952</u></u>

5.3 Energia de Curto Prazo – CCEE

Representa a variação apurada mensalmente, resultante do balanço processado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, entre compromissos assumidos pela Companhia com seu mercado e demais Agentes da CCEE *versus* o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia comercializou o montante de R\$ 99.099 (R\$ 111.880 em 30.09.2010) referente à energia não contratada (receita), disponível para venda no âmbito da CCEE (Nota 24.3).

6 PERDA ESTIMADA DE CRÉDITOS

A provisão para perda estimada de créditos tem a seguinte composição:

<u>Devedor</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Consumidores.....	(4.172)	(4.172)
Valores a Receber - CCEE.....	(3.824)	(3.824)
Outros Créditos.....	<u>(13.112)</u>	<u>(13.112)</u>
	<u><u>(21.108)</u></u>	<u><u>(21.108)</u></u>

Notas Explicativas

7 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Circulante		
Cauções e depósitos vinculados		
Depósitos vinculados (a).....	-	171.266
Não Circulante		
Depósitos Judiciais (b)		
Ações cíveis.....	146.820	142.473
Ações trabalhistas - recursais	26.671	19.657
Ações tributárias.....	32.062	31.998
Ações ambientais.....	149.032	150.093
Outros.....	89	92
	<u>354.674</u>	<u>344.313</u>
Cauções		
Quotas subordinadas - FIDC (c).....	75.351	74.860
	<u>430.025</u>	<u>419.173</u>
Total.....	<u>430.025</u>	<u>590.439</u>

- (a) Referia-se à aquisição de US\$ 102.783 mil efetuada em outubro e novembro de 2010 e utilizada para liquidação do empréstimo *Medium Term Notes*, bônus Série 6 em 28 de fevereiro de 2011 (Nota 12.2 (3.a));
- (b) Do total de depósitos judiciais, estão relacionados com provisões para riscos legais o montante de R\$ 330.112 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 319.298 em 31 de dezembro de 2010) – (Nota 20);
- (c) Crédito caucionado equivalente a quotas pertencentes à CESP, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direito Creditório – FIDC (IV – 72 quotas), que só poderão ser resgatadas no vencimento da última parcela, concomitantemente com a liquidação do fundo, com vencimento para maio/2017. O saldo das quotas é ajustado mensalmente pelo valor da cotação de mercado.

8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia possui créditos fiscais totais (nominais) no montante de R\$ 2.142.080, sendo: R\$ 1.610.848 de imposto de renda (formado por prejuízos fiscais de R\$ 1.204.226 e diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 406.622), e de contribuição social de R\$ 531.232 (formado por base negativa de contribuição social de R\$ 384.848 e diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 146.384).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável de cada exercício, não estando sujeitos a qualquer prazo de prescrição.

Os saldos registrados até 30 de setembro de 2011, de créditos de prejuízos fiscais – imposto de renda e base negativa de contribuição social diferidos, estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia e revisadas, para os próximos 10 anos, conforme recomendado pelo Poder Concedente e determinado pela CVM, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças intertemporais.

As projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia (realizados de 2004 a 2006), com início de atendimento/faturamento de 2009 a 2016, de 2009 a 2038 e de 2010 a 2039 (Nota 1.2); contratos de compra e venda de energia com pequenas distribuidoras; de fornecimento de energia a consumidores livres com prazos de atendimento/fornecimento até 2019, a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

Notas Explicativas

Composição dos saldos:

	ATIVO		PASSIVO	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Imposto de renda				
Prejuízos fiscais registrados (*).....	722.450	809.671	-	-
Prejuízos fiscais (não registrados).....	481.776	600.152	-	-
Diferenças intertemporais (não registradas).....	406.622	990.037	-	-
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10).....			681.147	737.755
Variações cambiais líquidas s/ empréstimos e financiamentos.....	-	-	238.624	316.841
	<u>1.610.848</u>	<u>2.399.860</u>	<u>919.771</u>	<u>1.054.596</u>
Contribuição social				
Base negativa registrada (*).....	260.769	291.898	-	-
Base negativa (não registrada).....	124.079	162.080	-	-
Diferenças intertemporais (não registradas).....	146.384	356.413	-	-
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10).....			245.213	265.592
Variações cambiais líquidas s/ empréstimos e financiamentos.....	-	-	79.820	107.978
	<u>531.232</u>	<u>810.391</u>	<u>325.033</u>	<u>373.570</u>
Provisão sobre créditos tributários não registrados.....	<u>(1.158.861)</u>	<u>(2.108.682)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>983.219</u>	<u>1.101.569</u>	<u>1.244.804</u>	<u>1.428.166</u>

(*) Até setembro de 2011, foi realizado o valor de R\$ 118.349, sendo compensado com (i) impostos correntes e apropriado a débito do resultado, o valor de R\$ 54.387, referente a prejuízo fiscal, e R\$ 20.588 de base negativa; e (ii) com dívidas tributárias oriundas do parcelamento da Lei 11.941/2009, apropriado contra o Passivo de longo prazo, o valor de R\$ 32.834 de prejuízo fiscal e R\$ 10.541 de base negativa.

A partir do exercício de 2003, a Companhia adotou o regime de caixa para tributação das variações cambiais auferidas. Como consequência, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados no passivo, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre as diferenças intertemporais tributáveis, representadas pelas referidas variações cambiais ainda não realizadas sobre empréstimos e financiamentos não liquidados (Nota 27).

Os créditos fiscais registrados no total de R\$ 983.219 (R\$ 1.101.569 em 31.12.2010), deverão ser realizados no período de até 10 anos, como demonstrado a seguir:

Exercício	Exercícios							Até 2020
	2011	2012	2013	2014	2015	2016 a 2018	2019 e 2020	Total
Parcela Estimada de Realização	16.023	97.019	133.928	157.354	133.081	251.839	193.975	983.219

As estimativas de realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis (do quadro acima) estão respaldadas nas projeções de lucros fiscais tributáveis da Companhia, que são revisadas periodicamente e aprovadas pelos órgãos da Administração. Essas projeções baseiam-se em premissas e o resultado final realizado pode divergir do projetado.

Notas Explicativas

9 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Circulante		
Imposto de renda (a).....	9.704	4.148
Contribuição social (b).....	2.173	1.485
COFINS a compensar	5.104	3.346
PIS a compensar.....	3.583	3.290
	<u>20.564</u>	<u>12.269</u>

- (a) Saldo remanescente de créditos de imposto de renda decorrente de retenções na fonte, atualizado pela SELIC, e de recolhimento por estimativa, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.
- (b) Refere-se a saldo de contribuição social decorrente de retenções na fonte, atualizados pela SELIC, e de recolhimentos por estimativa, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.

10 OUTROS CRÉDITOS

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos.....	1.064	1.354
Créditos diversos (a).....	19.048	17.116
FIDC - conta vinculada.....	23.046	31.555
Ordens de projetos - P & D.....	32.454	27.942
Créditos de diferença quotas de RGR - 2009 (Eletrobrás).....	1.539	4.712
DAEE - Cessão de créditos (b).....	4.101	11.043
Outros.....	1.144	1.719
	<u>82.396</u>	<u>95.441</u>
Não Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos.....	4.307	5.719
Bens destinados a alienação.....	1.361	1.361
Ordens de projetos.....	13.319	13.319
	<u>18.987</u>	<u>20.399</u>
Total.....	<u>101.383</u>	<u>115.840</u>

- (a) Saldo de créditos com diversas empresas e entidades com as quais a Companhia mantém operações. Para cobrir eventuais riscos na realização de alguns recebíveis, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa no montante total de R\$ 13.112. (Nota 6).
- (b) Contrato firmado em 21 de julho de 2006, com o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, para recebimento em 24 parcelas mensais, corrigidas pelo CDI acrescido de juros de 0,3% a.m., referente à cessão de créditos para quitação de dívida de contrato entre a CESP e a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE, com vencimento final em 31 de agosto de 2010; e contrato firmado em 30 de novembro de 2009 com vencimento final em abril de 2011. Em 26 de março e 25 de abril de 2007, foram firmados termos aditivos a esse contrato alterando o prazo de recebimento para 40 parcelas mensais, além de aditivos contratuais celebrados em 21.01.2008 e em 30.04.2009, no valor de R\$ 11,2 milhões e de R\$ 10 milhões, respectivamente.

Notas Explicativas

11 IMOBILIZADO

O saldo do ativo imobilizado em serviço segregado por natureza de bens, com os comentários contidos nas Notas 11.1 a 11.3 tem a seguinte composição:

	30.09.2011		31.12.2010	
	Taxas Anuais Médias de Depreciação %		Depreciação	
	Depreciação %	Custo Total	Acumulada	Líquido
Em Serviço				
Terrenos.....		1.057.951	-	1.057.951
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,0%	25.774.102	(15.410.495)	10.363.607
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	1,8%	7.548.079	(5.507.191)	2.040.888
Máquinas e Equipamentos.....	1,5%	8.389.896	(6.095.663)	2.294.233
Veículos.....	11,3%	20.135	(18.252)	1.883
Móveis e Utensílios.....	6,8%	29.203	(17.714)	11.489
		<u>42.819.366</u>	<u>(27.049.315)</u>	<u>15.770.051</u>
Em Curso				
Terrenos.....		1.893	-	1.893
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....		54.435	-	54.435
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....		11.020	-	11.020
Máquinas e Equipamentos em Manutenção.....		88.335	-	88.335
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....		73.570	-	73.570
Depósitos Judiciais.....		92.390	-	92.390
Outros.....		10.471	-	10.471
		<u>332.114</u>	<u>-</u>	<u>332.114</u>
Subtotal		<u>43.151.480</u>	<u>(27.049.315)</u>	<u>16.102.165</u>
Provisão para redução ao valor recuperável.....		(99.179)	1.162	(98.017)
Total		<u>43.052.301</u>	<u>(27.048.153)</u>	<u>16.004.148</u>

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado está representada por:

	Saldo em 31.12.2010	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação (Baixas)	Saldo em 30.09.2011
Em Serviço						
Terrenos.....	1.044.546	-	-	13.408	(3)	1.057.951
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	10.751.084	-	(387.477)	-	-	10.363.607
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	2.141.982	-	(101.049)	-	(45)	2.040.888
Máquinas e Equipamentos.....	2.373.612	-	(97.101)	18.854	(1.132)	2.294.233
Veículos.....	2.690	-	(960)	139	14	1.883
Móveis e Utensílios.....	12.579	-	(1.254)	549	(385)	11.489
	<u>16.326.493</u>	<u>-</u>	<u>(587.841)</u>	<u>32.950</u>	<u>(1.551)</u>	<u>15.770.051</u>
Em Curso						
Terrenos.....	480	14.821	-	(13.408)	-	1.893
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	42.270	12.165	-	-	-	54.435
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	9.381	1.639	-	-	-	11.020
Máquinas e Equipamentos em Manutenção.....	69.184	29.730	-	(10.579)	-	88.335
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	55.050	25.695	-	(8.271)	1.096	73.570
Depósitos Judiciais.....	68.344	24.046	-	-	-	92.390
Outros.....	4.826	6.337	-	(692)	-	10.471
	<u>249.535</u>	<u>114.433</u>	<u>-</u>	<u>(32.950)</u>	<u>1.096</u>	<u>332.114</u>
Subtotal	<u>16.576.028</u>	<u>114.433</u>	<u>(587.841)</u>	<u>-</u>	<u>(455)</u>	<u>16.102.165</u>
Provisão para redução ao valor recuperável.....	(99.179)	-	1.162	-	-	(98.017)
Total	<u>16.476.849</u>	<u>114.433</u>	<u>(586.679)</u>	<u>-</u>	<u>(455)</u>	<u>16.004.148</u>

Notas Explicativas

11.1 Imobilizado em Curso

O imobilizado em curso inclui principalmente gastos com modernização, repotenciação de máquinas e equipamentos relevantes para o parque gerador.

Inclui ainda saldos de depósitos judiciais no valor de R\$ 92.390, iniciais e em garantia de ações de desapropriações, envolvendo principalmente a Usina Engº. Sérgio Motta (Porto Primavera) e outras demandas de usinas da CESP.

Os custos retardatários dos ativos integrantes das usinas, a partir do exercício de 2009 deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 25.2).

11.2 Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração da CESP foram outorgadas por decretos relativos a cada usina à época do início dos estudos e obras de construção, e foram agrupados em um contrato de concessão assinado em 12 de novembro de 2004, abrangendo todo o parque gerador da Companhia, a saber:

Usina Hidrelétrica	Total de Máquinas em Operação	Potência Instalada MW	Energia Assegurada MW Médio (1)	Entrada em Operação (2)	Prazo de Concessão
Ilha Solteira (3)	20	3.444	1.949	18.07.73	07.07.15
Jupiá	14	1.551	886	14.04.69	07.07.15
Três Irmãos (4)	5	808	-	28.11.93	18.11.11
Engenheiro Sérgio Motta	14	1.540	1.017	23.01.99	21.05.28
Jaguari	2	28	14	05.05.72	20.05.20
Paraibuna	2	85	50	20.04.78	09.03.21
		7.456	3.916	(5)	

(1) É a energia disponível para comercialização nas usinas de um sistema interligado, apurada na barra da usina, na conexão com o Sistema Interligado Nacional (Nota 1.1).

(2) Data de entrada em operação do primeiro Grupo Gerador.

(3) A garantia física de Três Irmãos está incluída na de Ilha Solteira.

(4) Localiza-se no rio Tietê, mas opera de forma integrada com a usina de Ilha Solteira, através do Canal de Pereira Barreto.

(5) Da garantia física devem ser deduzidos o consumo próprio das usinas e as perdas de transmissão até o centro de gravidade do sistema. Estas deduções variam a cada ano, mas podem ser estimadas em até 3%.

Obs.: Dados relacionados à potência e energia não foram revisados pelos auditores independentes.

11.3 Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação. Determina, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

Notas Explicativas

12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

12.1 Composição

	30.09.2011				31.12.2010			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	Encargos	Principal	Principal	Total	Encargos	Principal	Principal	Total
Moeda Estrangeira								
Instituições Financeiras (1).....	6.171	108.779	102.619	217.569	3.034	97.739	141.074	241.847
BNDES (2).....	2.255	67.229	673.937	743.421	2.196	56.530	647.389	706.115
Medium Term Notes (3).....	4.717	-	407.968	412.685	23.119	300.002	366.564	689.685
Outras Instituições	95	426	1.916	2.437	46	384	2.006	2.436
	<u>13.238</u>	<u>176.434</u>	<u>1.186.440</u>	<u>1.376.112</u>	<u>28.395</u>	<u>454.655</u>	<u>1.157.033</u>	<u>1.640.083</u>
Moeda Nacional								
Instituições Financeiras (4).....	13.562	196.023	88.827	298.412	970	44.351	99.790	145.111
Notas de Médio Prazo (5).....	16.564	-	945.998	962.562	39.299	-	899.341	938.640
ELETOBRÁS (6).....	14	5.215	37.068	42.297	-	5.231	40.979	46.210
	<u>30.140</u>	<u>201.238</u>	<u>1.071.893</u>	<u>1.303.271</u>	<u>40.269</u>	<u>49.582</u>	<u>1.040.110</u>	<u>1.129.961</u>
	<u>43.378</u>	<u>377.672</u>	<u>2.258.333</u>	<u>2.679.383</u>	<u>68.664</u>	<u>504.237</u>	<u>2.197.143</u>	<u>2.770.044</u>

12.2 Informações sobre Operações em Moeda Estrangeira

- (1) O saldo é devido diretamente ao Governo Federal, em dólares norte-americanos, e integra a reestruturação da dívida externa brasileira, na posição de 15 de abril de 1994, pela assinatura do contrato com a União em 31 de dezembro de 1997 no contexto do Plano *Brady*, e é composto como segue:

Tipo	Anos		Amortização	Taxa de Juros (%) a.a.	Principal		
	Vencido.	Carência			30.09.2011	31.12.2010	
	(b)	(b)					
Bônus de Conversão da			17 parcelas				
Dívida (a).....	18	10	semestrais	LIBOR semestral + 7/8	57.470	97.739	
Bônus de Capitalização (a).....	20	10	21 parcelas	5º e 6º anos - 5,00			
			semestrais	7º ano - 8,00			
					<u>153.928</u>	<u>141.074</u>	
					<u>211.398</u>	<u>238.813</u>	

(a) Possuem garantia do Governo do Estado de São Paulo.

(b) A partir de 15 de abril de 1994.

- (2) O saldo refere-se a contrato firmado com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em 2 de dezembro de 2002, cujo montante original é de US\$ 552.650 mil, com amortização do principal a partir de 15 de abril de 2005, em 88 parcelas bimestrais e corrigido pela UMBNDES, acrescido de *spread* básico de 1,91% a.a. e de descasamento de 0,95% a.a., com vencimento de juros a partir de 15 de abril de 2003. O referido contrato é garantido pela União e contra-garantido pelo Governo do Estado. Trata-se de contrato de permuta, composto por dívidas repactuadas anteriormente no contexto do Plano *Brady*, referentes a "Bônus ao Par" no valor de US\$ 325.516 mil e "Bônus de Desconto" no valor de US\$ 227.134 mil.
- (3) Nesta rubrica estão registradas operações no mercado internacional de capitais, sem garantias, sendo o valor de principal em aberto distribuído da seguinte forma:
- (a) Série 6 (ISIN nº US12517GAD79): saldo liquidado em 28 de fevereiro de 2011 (R\$ 300.002 em 31.12.2010) referente ao lançamento de Notas de Médio Prazo, ocorrido em 3 de março de 2006, no valor de US\$ 300 milhões, através dos bancos Finantia e Standard Bank, com juros semestrais de 10% a.a. e vencimento único dos títulos em fevereiro de 2011. Estes recursos destinaram-se à quitação de obrigações financeiras no mercado interno e obrigações externas garantidas pelo Tesouro Nacional. Em janeiro de 2007, foram liquidados antecipadamente R\$ 247.691 (principal) em processo de *tender offer*.
- (b) Série 7 (ISIN nº US12517GAE52): saldo de R\$ 407.968 (R\$ 366.564 em 31.12.2010) referente ao lançamento de Notas de Médio Prazo, ocorrido em 11 de agosto de 2006, no valor de US\$ 220 milhões, através dos bancos Finantia e Standard Bank, com juros semestrais de 9,25% a.a. e vencimento único dos títulos em 2013. Estes recursos destinaram-se à quitação de obrigações financeiras no mercado interno e obrigações externas garantidas pelo Tesouro Nacional.

Notas Explicativas

Os títulos identificados acima integram o Programa de Notas de Médio Prazo da Companhia, no valor original de US\$ 700 milhões em 2001, aditado para US\$ 800 milhões em maio de 2002, US\$ 975 milhões em agosto de 2006 e US\$ 1,4 bilhões em janeiro de 2007.

As Notas de Médio Prazo possuem algumas cláusulas restritivas, limitando a possibilidade da Companhia dar em garantia os seus ativos, em parte ou no todo, para saldar dívidas com terceiros; impossibilitando-a de firmar contratos de arrendamento na forma de *Sale and Leaseback* e obrigando ao cumprimento de determinados índices econômico-financeiros. No caso de descumprimento de tais índices por três trimestres consecutivos, a Companhia deverá resgatar as notas em um prazo de 30 dias. A Companhia tem cumprido os índices exigidos que são calculados trimestralmente com base nas Informações trimestrais em moeda de poder aquisitivo constante (correção integral).

12.3 Informações sobre Operações em Moeda Nacional

- (4) Nesta rubrica estão registradas operações com instituições financeiras nacionais, sendo o valor de principal em aberto distribuído da seguinte forma:
- (a) Valor de principal composto por saldo de R\$ 115.057 (R\$ 144.141 em 31.12.2010), referente ao contrato com a União (BNDES/BIBS), com amortização mensal até março de 2014 e garantia do Governo do Estado, acrescido de juros de 8,40% a.a., indexado de duas formas:
- Saldo de R\$ 92.118 (R\$ 116.327 em 31.12.2010), referente a parte dos direitos adquiridos do BNDES pela União, indexados pela TJLP com redutor de 6% a.a.
- Saldo de R\$ 22.939 (R\$ 27.814 em 31.12.2010), referente ao acordo denominado BIBS – *Brazil Investment Bond Exchange Agreement* – títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em troca de obrigações financeiras garantidas pela União com os bancos comerciais estrangeiros, indexadas pela variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado.
- (b) Em 15 de janeiro de 2011 a Companhia efetuou o lançamento de 150 notas promissórias comerciais (*comercial papers*), no valor individual de R\$ 1.000, com juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 106% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia, CDI *over* extra grupo, base 252 dias, com vencimento único em 15 de janeiro de 2012. O saldo em 30 de setembro de 2011 totaliza R\$ 150.000 de principal e foi utilizado para liquidação das notas emitidas no mercado internacional de capitais da Série 6 (nota 12.2.3 (a)).
- (c) Em 1º de abril de 2011 a Companhia efetuou a contratação de FINAME junto ao ITAÚ/BBA para reparo de 4 máquinas para as unidades geradoras da UHE de Ilha Solteira, a ser liberado em 4 parcelas de R\$ 10.000 cada, corrigidas pela TJLP e acrescidas de juros trimestrais de 4,15% a.a., com vencimento em 3 parcelas no final em 48 meses (15.04.2015). O saldo do principal em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 19.793.
- (5) Em 22 de janeiro de 2007, a Companhia efetuou o lançamento de Notas de Médio Prazo no mercado internacional, títulos fixados em reais, corrigidos pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, no valor de R\$ 750 milhões, com juros semestrais de 9,75% a.a., com vencimento único de principal em 15 de janeiro de 2015. O saldo de principal desta operação em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 945.998 (R\$ 899.341 em 31.12.2010).
- (6) Saldo de principal de R\$ 42.283 (R\$ 46.210 em 31.12.2010), referente aos financiamentos com a ELETROBRÁS, como segue:
- (a) Saldo de R\$ 40.844 (R\$ 44.595 em 31.12.2010) refere-se ao principal de financiamentos para obras civis e montagem eletromecânica da Usina Eng^o. Sérgio Motta, com pagamento mensal remunerado à taxa de 5% a.a., vencíveis até 30 de dezembro de 2019.
- (b) Saldo de R\$ 1.439 (R\$ 1.615 em 31.12.2010) refere-se ao principal de financiamentos para aquisição de materiais e equipamentos, formalizados através de IRD – Instrumento de Reconhecimento de Débito, com pagamento trimestral remunerado à taxa fixa de 8% a.a., vencíveis até 31 de julho de 2020.

Notas Explicativas

12.4 Composição de Saldo Devedor de Principal em Moeda Estrangeira:

Moeda	30.09.2011			31.12.2010		
	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%
	US\$.....	1.362.874	734.941	100,00	1.611.688	967.284
	1.362.874	734.941	100,00	1.611.688	967.284	100,00

12.5 O saldo do principal de empréstimos e financiamentos a longo prazo, em 30 de setembro de 2011, tem seus vencimentos assim programados:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	Total
	US\$ mil (*) (Equivalente)	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
	2012 (após setembro).....	26.569	49.269	12.799
2013.....	288.057	534.174	51.195	585.369
2014.....	57.480	106.590	16.678	123.268
2015.....	47.174	87.479	970.964	1.058.443
De 2016 a 2020.....	219.645	407.311	20.257	427.568
De 2021 a 2024.....	872	1.617	-	1.617
	639.797	1.186.440	1.071.893	2.258.333

(*) Convertido para US\$ à taxa R\$ 1,8544 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 1,6662 em 31 de dezembro de 2010).

12.6 Variações Percentuais das Principais Moedas e Indexadores:

	Nos Períodos Findos em	
	30.09.2011	31.12.2010
US\$.....	11,30	(4,31)
TR.....	0,99	0,69
IGP - M.....	4,15	11,32
IGP - DI.....	4,30	11,30

Notas Explicativas

13 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

	30.09.2011				31.12.2010
	Circulante		Não Circulante		Total
	Encargos	Principal	Principal		
- FIDC IV.....	10.117	289.953	929.395	1.229.465	1.324.676
	<u>10.117</u>	<u>289.953</u>	<u>929.395</u>	<u>1.229.465</u>	<u>1.324.676</u>

Vencimentos:

- 2012 (após 30.09.2011)....	64.239
- 2013.....	255.481
- 2014.....	231.393
- 2015.....	206.646
- 2016.....	146.431
- 2017.....	25.205
	<u>929.395</u>

Em 18 de dezembro de 2007, ocorreu o ingresso do FIDC IV, no montante de R\$ 1.250 milhões, sob a coordenação do Banco Bradesco S.A., em conjunto com os bancos Itaú BBA, Votorantim, ABC Brasil e Fator, com prazo de 10 anos, amortização mensal de principal em 111 parcelas, vencimento final em 8 de maio de 2017 e pagamento de juros mensais, indexados pelo CDI + 1,75% a. a.. O fundo está vinculado a 138 contratos de venda de energia oriundos de leilão de energia nova no ambiente regulado.

Os recursos das operações destinaram-se à liquidação de obrigações do serviço da dívida da Companhia.

A Companhia possui cauções em quotas subordinadas da operação (FIDC IV) no valor de R\$ 75.351 (Nota 7 (c)).

Na estruturação do FIDC CESP IV há a previsão que a ocorrência de qualquer dos eventos ali relacionados, será considerado como Evento de Avaliação. O Administrador do Fundo convocará Assembleia Geral que decidirá se tal evento deva ser considerado como Evento de Liquidação. Se esta for a decisão, deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos no Regulamento para a liquidação do Fundo. Até a presente data, não foi constatado nenhum evento.

14 VALORES A PAGAR

Credor	Objeto	30.09.2011			31.12.2010		
		Circulante		Não Circulante		Total	Total
		Encargos	Principal	Principal			
ELETROBRÁS - Energia de ITAIPU, Própria e							
	Transporte de Potência (a).....	599	34.308	107.629	142.536	156.489	
	- Refinanciamento (b).....	60	5.234	8.823	14.117	16.762	
		<u>659</u>	<u>39.542</u>	<u>116.452</u>	<u>156.653</u>	<u>173.251</u>	

- (a) Saldo remanescente de contrato de refinanciamento de aquisição de energia, sem a prestação de garantias adicionais por parte da Companhia, celebrado em 14 de julho de 1998, com prazo de 168 meses e atualização pela variação anual do IGP-M, acrescido de juros de 10% a.a., vencíveis mensalmente. O mesmo foi repactuado através de aditivo celebrado em 22 de dezembro de 2004, com carência de 12 meses, para pagamento em 118 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento final em 15 de outubro de 2015.
- (b) Refere-se a termo aditivo ao contrato referido no item "a", autorizado pela Resolução de Diretoria nº 374/04 da Eletrobrás, celebrado em 22 de dezembro de 2004, a título de refinanciamento de parcelas vencidas e não pagas entre agosto de 2003 e julho de 2004, para pagamento em 118 parcelas mensais e sucessivas, nas mesmas condições do contrato original, com vencimento final em 15 de maio de 2014.

Notas Explicativas

15 QUADRO RESUMO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS, VALORES A PAGAR E FIDC

Valores em R\$ mil

MOEDA	CONTRATO	MOEDA	Nota Explicativa	Encargos Financeiros Anuais (%)	Vencimento Final	Períodicidade de Pagamentos		Encargos	Circulante	Não Circulante	Valores em R\$ mil	
						Encargos	Principal				30.09.2011	31.12.2010
MOEDA ESTRANGEIRA								13.238	176.434	1.186.440	1.376.112	1.640.083
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS												
	BRADY - CAPITALIZAÇÃO	US\$	12.2 item 1	Taxa Fixa = 8% a.a.	abr-2014	Sem. (Abr e Out.)		6.171	108.779	102.619	217.569	241.847
	BRADY - CONVERSÃO	US\$	12.2 item 1	0,875% a.a.+ LIBOR	abr-2012	Sem. (Abr e Out.)		5.734	51.309	102.619	159.662	164.114
	BRADY	US\$	12.2 item 2	2,86% a.a.+ UMBENDES	abr-2019	(Fev,Abr,Jun,Ago,Out,Dez)		437	57.470	-	57.907	77.733
	BNDES							2.255	67.229	673.937	743.421	706.115
	MEDIUM TERM NOTES											
	SÉRIE 6	US\$	12.2 item 3	Taxa Fixa = 10% a.a.	mar-2011	Sem. (Mar. e Set.)		4.717	-	407.988	412.685	689.685
	SÉRIE 7	US\$	12.2 item 3	Taxa Fixa = 9,25% a.a.	ago-2013	Sem. (Fev. e Ago.)		4.717	-	407.988	412.685	379.656
	OUTRAS INSTITUIÇÕES											
	ELETROPÁULO	US\$		Div.(0,8125% a.a.+ UBOR) até 8% a.a.	abr-2024	Sem. (Abr e Out.)		95	426	1.916	2.437	2.436
MOEDA NACIONAL								30.140	201.238	1.071.893	1.303.271	1.129.361
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS												
	B. BRASIL - (BNDES / BIBs)	R\$	12.3 item 4	8,075+49% aa + (GP-M/TJLP - 6% a.a.)	mar-2014	Mensal		13.562	196.023	88.827	298.412	145.111
	BRDESCO BBI	R\$	12.3 item 4	106% CDI	jan-2012	Parcela Única no Final		774	46.023	69.034	115.831	145.111
	BNDES - Fname ITAU-BBA	R\$		(TJLP + 4,15% a.a.)	abr-2015	Trimestral		413	150.000	-	162.375	-
MEDIUM TERM NOTES												
	BÔNUS - SÉRIE 8	R\$	12.3 item 5	9,75% a.a. + IPC-A	jan-2015	Sem. Jan. e Jul.		16.564	-	945.998	962.562	938.640
ELETROBRÁS												
	ELETROBRÁS - RGR	R\$	12.3 item 6	Taxa Fixa = 5% a.a.	nov-2019	Mensal		14	5.215	37.068	42.297	46.210
	ELETROBRÁS - IRD	R\$		Taxa Fixa = 8% a.a.	ago-2020	Trim. (Fev,Mai,Ago,Nov)		14	214	1.225	1.453	1.615
OUTRAS DÍVIDAS								5.467	334.804	1.045.847	1.386.118	1.497.927
VALORES A PAGAR												
	ELETROBRÁS (FURNAS/ITAIPIÚ)	R\$	14 item (a) e (b)	10% a.a. + IGP-M	out-2015	Mensal		659	39.542	116.452	156.653	173.251
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIO												
	FIDC/IV	R\$	13	1,75% a.a. + CDI	mai-2017	Mensal		4.808	295.262	929.395	1.229.465	1.324.676
	TOTAL GERAL							48.845	712.476	3.304.180	4.065.501	4.267.971

Notas Explicativas**16 MOVIMENTAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS, VALORES A PAGAR E FIDC**

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Valores a Pagar	FIDC	Total em 2011	Total em 2010
Saldo inicial em 01.01	1.129.961	1.640.083	173.251	1.324.676	4.267.971	4.984.114
Ingressos	169.793	-	-	-	169.793	-
Juros e Comissões	77.319	75.670	11.944	18.381	183.314	236.038
Variação Monetária	59.187	-	5.851	106.304	171.342	152.727
Variação Cambial	-	133.753	-	-	133.753	(44.380)
Amortização de Principal	(34.045)	(387.758)	(20.013)	(219.896)	(661.712)	(740.367)
Amortização de Juros	(99.381)	(85.744)	(14.380)	-	(199.505)	(204.198)
Saldo final em 30.09	1.302.834	1.376.004	156.653	1.229.465	4.064.956	4.383.934

17 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	30.09.2011	31.12.2010
Circulante		
COFINS s/ receitas	18.664	19.103
PIS s/ receitas	4.052	4.147
ICMS s/ fornecimento de energia (substituição tributária).....	431	390
Imposto de renda s/lucro.....	15.417	14.561
Contribuição social s/lucro.....	6.545	6.200
Imposto de renda s/ remessa ao exterior.....	3.194	8.919
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa.....	4.814	3.234
Impostos e contribuições sociais de prestadores de serviços.....	678	1.179
Tributos e contribuições sociais - parcelamentos (*).....	33.693	35.094
	87.488	92.827
Não Circulante		
Tributos e contribuições sociais - parcelamentos (*).....	29.714	115.083
	117.202	207.910

(*) A Companhia concluiu em 30 de junho de 2011 a consolidação das dívidas previdenciárias e tributárias, no âmbito da Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, através do parcelamento instituído pela Lei 11.941/09. Os benefícios oferecidos pela citada Lei, dentre eles a compensação de créditos fiscais no montante de R\$ 43.375, que resultaram em redução dessas dívidas no montante de R\$ 19.956, lançado a resultado em Outras Receitas (Despesas) Líquidas (nota 25.2):

Tributos e contribuições sociais - parcelamentos* (CP) 12/2010.....	35.094
Tributos e contribuições sociais - parcelamentos* (LP) 12/2010.....	115.083
Saldo em 31.12.2010.....	150.177
(-) Prejuízo Fiscal compensado.....	(32.835)
(-) Base Negativa compensada.....	(10.540)
(-) Antecipações - Lei 11.941/2009.....	(15.636)
(-) Ganho na consolidação - Lei 11.941/2009.....	(19.956)
(+) Atualização/juros.....	1.763
(-) Pagamentos.....	(9.566)
Saldo em 30.09.2011.....	63.407

Notas Explicativas

Composição:

	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Dívidas Previdenciárias - RFB.....	15.721	26.202	41.923
Dívidas Tributárias - PGFN.....	3.242	3.512	6.754
Dívidas Tributárias - RFB.....	14.730	-	14.730
	<u>33.693</u>	<u>29.714</u>	<u>63.407</u>

Quando da consolidação, foram efetuadas as opções de prazo disponibilizadas, sendo que a Companhia optou pelos prazos de pagamento em (i) dívidas previdenciárias: 36 parcelas; (ii) dívidas tributárias – PGFN: 29 parcelas e (iii) dívidas tributárias – RFB: 13 parcelas. O primeiro recolhimento foi efetuado em junho/2011, sendo que as parcelas vincendas são atualizadas pela SELIC.

18 ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

	<u>30.09.2011</u>		<u>31.12.2010</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
- Contrato de Benefício Suplementar				
Proporcional Saldado - BSPS:.....	18.284	94.469	112.753	104.152
- Contrato de Dívida - outros.....	15.974	82.530	98.504	119.155
- Ajuste CPC 33/IAS 19.....	(34.258)	(176.999)	(211.257)	(223.307)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

18.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A CESP patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP.

A CESP, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a CESP oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 2,5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

Notas Explicativas

18.2 Equacionamento Financeiro dos Planos de Benefícios com a Fundação CESP

Para equacionar e garantir o fluxo de caixa entre a CESP e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados pela Companhia em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contratos de mútuos e contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possuem cláusula variável, conforme segue:

18.2.1 Contrato de Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS – R\$ 112.753

Refere-se a saldo de contrato de ajuste das reservas matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao “benefício suplementar proporcional saldado”. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 31 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a. ou o custo atuarial, dos dois o maior.

Anualmente, ao final de cada exercício, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ou deduzido do saldo do contrato e as parcelas de amortizações futuras são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

18.2.2 Contrato de Dívida – Outros – R\$ 98.504

Refere-se a saldo de contrato de confissão de dívida de liquidação de retenção de reservas com início em 31 de dezembro de 1997, que previa amortização em 96 parcelas mensais e atualização pela variação da TR e juros de 8% a.a.. Ao final de cada exercício contábil da Fundação, compara-se o resultado obtido com o custo atuarial (IGP-DI + 6% a.a.), prevalecendo aquele que apresentar o maior resultado.

Em 28 de abril de 2004, ambos os contratos foram repactuados entre as partes, com carência de 24 meses para pagamento do principal e amortização em 143 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2006, com vencimento final em 30 de novembro de 2017.

Conforme mencionado acima, esses contratos possuem cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representam, na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da CESP é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19.

Em 30 de setembro de 2011, a diferença entre os saldos apresentados desses contratos e o valor do passivo, registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19, é decorrente da diferença de metodologias utilizadas entre a CESP e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e que são ajustadas anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

Na essência os contratos de dívida são considerados garantias para equacionamento do fluxo de caixa entre a Companhia e a Fundação CESP.

18.3 Movimentação

	30.09.2011
Saldo em 31.12.2010.....	-
Custo (receita) esperada no período.....	(31.917)
Contribuições pagas	(29.886)
Ganho ou perda atuarial (inclui ajuste de marcação a mercado).....	61.803
Saldo em 30.09.2011.....	-

Notas Explicativas**19 TAXAS REGULAMENTARES / ENCARGOS DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO**

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Quota Mensal.....	6.759	6.759
- Diferença de Quotas - 2008.....	-	170
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	28.830	29.805
Taxa de Fiscalização - ANEEL.....	1.097	1.097
Quotas para P&D - FNDCT (1).....	1.857	1.918
Quotas para P&D - EPE (1).....	978	1.008
Encargos de Uso da Rede Elétrica - CUSD/CUST (2).....	36.540	40.450
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDg (3).....	9.428	19.718
	<u>85.489</u>	<u>100.925</u>
Não Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de Quotas - 2010 (4).....	5.184	5.184
	<u>90.673</u>	<u>106.109</u>

- (1) Referem-se às quotas provisionadas de P&D – Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento a serem recolhidas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.
- (2) Refere-se aos encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 670 e 671, de 24 de junho de 2008.
- (3) Parcelamento relativo à tarifa de uso sistema de distribuição – TUSDg, devida no período de julho de 2004 a dezembro de 2007, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 497/2007, de 26 de junho de 2007, de acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 547, de 11 de dezembro de 2007 e complementada pelo Ofício Circular nº 176/2007 – SRT/ANEEL, de 3 de outubro de 2007 e Resolução Homologatória ANEEL nº 600, de 18 de dezembro de 2007.
- (4) Diferença de recolhimentos de 2010, cuja forma de pagamento deverá ser definida pela ANEEL.

20 PROVISÃO PARA RISCOS LEGAIS

A Companhia responde por diversos processos administrativos e judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental, bem como decorrentes de desapropriações. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>Movimentação</u>		<u>30.09.2011</u>
	<u>Saldo</u>	<u>Provisão (Reversão)</u>	<u>Transfer.</u>	<u>(-) Pagamentos</u>
Trabalhistas				
Ações diversas	152.610	15.210	-	(9.144)
Cíveis				
Ações diversas	18.847	3.357	-	(505)
Tributárias				
Ações diversas	27.654	1.238	-	(1.663)
Desapropriações e indenizações				
Ações e riscos ambientais.....	301.957	113.472	-	(1.061)
Ações cíveis.....	759.434	55.099	7.107	(4.186)
Ações de desapropriações.....	124.861	17.759	-	-
Ações de desapropriações - empresas cindidas.....	203.235	24.173	(7.107)	(7.704)
	<u>1.389.487</u>	<u>210.503</u>	<u>-</u>	<u>(12.951)</u>
TOTAL	<u>1.588.598</u>	<u>230.308</u>	<u>-</u>	<u>(24.263)</u>
	<u>1.588.598</u>	<u>230.308</u>	<u>-</u>	<u>(24.263)</u>

Notas Explicativas

	31.12.2009	Movimentação		30.09.2010	
	Saldo	Provisão (Reversão)	Transfer.	(-) Pagamentos	Saldo
Trabalhistas					
Ações diversas	131.150	38.266	-	(13.477)	155.939
Cíveis					
Ações diversas	35.820	(1.020)	-	(3.234)	31.566
Tributárias					
Ações diversas	18.908	11.886	-	(2.774)	28.020
Desapropriações e indenizações					
Ações e riscos ambientais.....	362.105	(45.967)	-	(9.151)	306.987
Ações cíveis.....	427.022	117.100	-	(15.307)	528.815
Ações de desapropriações.....	145.197	31.430	-	(251)	176.376
Ações de desapropriações - empresas cindidas.....	481.058	3.882	(219.407)	(15.652)	249.881
	<u>1.415.382</u>	<u>106.445</u>	<u>(219.407)</u>	<u>(40.361)</u>	<u>1.262.059</u>
TOTAL	<u>1.601.260</u>	<u>155.577</u>	<u>(219.407)</u>	<u>(59.846)</u>	<u>1.477.584</u>

Os riscos legais, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado a seguir:

Espécie	30.09.2011			
	Expectativa de Perda			Total
	Provável	Possível	Remota	
Ações trabalhistas.....	158.676	109.250	148.114	416.040
Ações cíveis diversas.....	21.699	148.736	2.195	172.630
Ações tributárias.....	27.229	10.462	551	38.242
Ações e riscos ambientais.....	414.368	141.493	1.637.319	2.193.180
Ações cíveis.....	817.454	1.507.066	1.622.335	3.946.855
Ações de desapropriações.....	142.620	106.156	2.168	250.944
Ações de desapropriações - empresas cindidas.....	212.597	236	411	213.244
	<u>1.794.643</u>	<u>2.023.399</u>	<u>3.413.093</u>	<u>7.231.135</u>

Em 30 de setembro de 2011, o valor total pleiteado pelos demandantes nas diversas ações é de R\$ 7.231 milhões. Nesta mesma data, o provisionamento total para os riscos administrativos e judiciais com expectativa de perda provável é de R\$ 1.795 milhões, sendo que a Companhia possui depósitos judiciais em garantia de alguns processos no montante de R\$ 330 milhões (R\$ 319 milhões em 31 de dezembro de 2010), referente a ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais (nota 7) e R\$ 92 milhões (imobilizado em curso – Nota 11.1).

A Administração da Companhia, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas informações trimestrais ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

As principais ações encontram-se descritas resumidamente a seguir:

20.1 Ações Judiciais

20.1.1 Reclamações Trabalhistas

Em 30 de setembro de 2011, as reclamações trabalhistas movidas contra a CESP montavam a R\$ 416 milhões. A CESP mantém provisões registradas para enfrentar eventuais obrigações no montante de R\$ 158,7 milhões e realizou depósitos judiciais em garantia de alguns processos, da ordem de R\$ 20 milhões.

A CESP é ré em 84 processos relacionados à comissão de risco (adicional de periculosidade), que totalizam R\$ 84 milhões. Quatro destas ações, que envolvem sindicatos dos trabalhadores da CESP, representam um montante de R\$ 80,1 milhões em 30 de setembro de 2011. Os demais processos judiciais envolvem montantes pouco representativos.

Notas Explicativas

Outras ações, sendo três movidas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Itanhaém, Bertioga, Guarujá, Litoral Sul e Vale do Ribeira, de São Paulo e de Campinas, objetivam um reajuste de 17,28% sobre pagamentos efetuados sob um acordo judicial. Com base em decisões anteriores e na opinião de seus assessores jurídicos, o valor dessas ações é de R\$ 88,6 milhões em 30 de setembro de 2011, com expectativa de perda remota, sem provisão.

20.1.2 Ações Cíveis Diversas

20.1.2.1 Portarias do antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE

A CESP está envolvida em ações propostas por consumidores industriais objetivando a restituição dos valores pretensamente pagos a maior a título de tarifa de energia elétrica, durante o ano de 1986. Esses valores decorrem da majoração das alíquotas promovidas pelas Portarias 38 e 45, respectivamente de 28 de fevereiro e de 4 de março de 1986, do antigo DNAEE. O valor estimado total dessas ações era de R\$ 24,4 milhões em 30 de setembro de 2011, com provisão constituída de R\$ 21,7 milhões para as ações com expectativa de perdas consideradas prováveis pelos assessores jurídicos da Companhia.

20.1.2.2 Ação AES – Sul

Trata de ação declaratória com pedido de tutela antecipada movida pela AES Sul em face da ANEEL. Houve liminar autorizando a recontabilização de valores na CCEE em favor da AES Sul. A CESP e demais agentes obtiveram liminar afastando a recontabilização e liquidação determinadas pelo juízo e passaram a integrar a lide. A CESP já contestou a ação. A AES Sul pleiteia o direito de não optar pelo alívio, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor de aproximadamente R\$ 984 milhões, sendo a parte da CESP aproximadamente R\$140,5 milhões. A avaliação de risco de perda é possível.

A Resolução ANEEL nº 290/00 ensejou dupla interpretação com relação à opção pelo alívio de exposição (possibilidade ou não) face às cotas de Itaipu; e o despacho ANEEL nº 288/02 esclarece que as cotas de Itaipu teriam tratamento diferenciado, obrigando os agentes à opção pelo alívio (seguro).

20.1.3 Ações Tributárias

A CESP está envolvida em ações judiciais tributárias no montante estimado de R\$ 38,2 milhões, com R\$ 27,2 milhões de expectativa de perda considerada provável totalmente provisionada e com depósitos em garantia de R\$ 26,4 milhões.

20.1.4 Ações e Riscos Ambientais

A CESP responde a 264 ações ambientais que têm por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, proteção de encostas, reserva legal e indenização por perdas econômicas e danos à ictiofauna.

Os valores definitivamente devidos nessas ações só poderão ser apurados em liquidação de sentença, caso a CESP venha a ser condenada.

A estimativa da soma dos valores dessas ações, com avaliação de perda provável alcança R\$ 265 milhões, com correspondente provisão integralmente constituída.

Adicionalmente, inclui R\$ 149 milhões de provisão constituída sobre depósitos judiciais referente a processos e aquisições de áreas para implantação de parques e reflorestamento (nota 7).

20.1.4.1 Ação de Indenização do Município de Anaurilândia

Trata de ação movida pela Prefeitura do Município de Anaurilândia que pleiteia indenização pela não realização de obras de contenção de encostas desde o ano de 2003.

Em 30 de junho de 2011 o valor da ação era de R\$ 160,4 milhões, com expectativa de perda provável de R\$ 44,4 milhões e o restante como possível. Baseado em valores atualizados, em 30 de setembro de 2011, o montante da ação é de R\$ 166,8 milhões, tendo sido

Notas Explicativas

reavaliada a exposição da Companhia neste tema e ajustada a provisão para R\$ 89,1 milhões, remanescendo R\$ 77,7 milhões como expectativa de perda possível.

20.1.5 Ações Cíveis – Usinas CESP

20.1.5.1 Ação de Indenização

Em dezembro de 2000, a empresa Construção e Comércio Camargo Corrêa S.A. ajuizou ação contra a Companhia, pleiteando indenização por perdas e danos referentes à não utilização dos equipamentos e trabalhadores empregados na construção da Usina Porto Primavera em razão da suspensão das obras, em três períodos de tempo distintos. O valor da ação, em 30 de setembro de 2011 é de aproximadamente R\$ 1.158,6 milhões. A Administração considera que há risco de desembolso e registrou provisão de R\$ 333,9 milhões referentes a um período, sendo os demais classificados como risco possível.

20.1.5.2 Ações de Pescadores

Existem ações em curso contra a CESP intentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total envolvido nessas ações, em 30 de setembro de 2011, era de R\$ 500 milhões, para 315 processos. Considerando a análise do mérito desses pedidos de indenização por parte de seus assessores jurídicos, análise do estágio dos processos e das decisões já proferidas na esfera judicial, que na maioria dos casos têm sido favoráveis à Empresa, as quais indicam que os valores a serem pagos, quando assim decidido judicialmente, são substancialmente inferiores aos pretendidos pelos demandantes, a Companhia mantém provisão no montante de R\$ 137 milhões cujo risco de perda é avaliado como provável.

20.1.5.3 Ações de Oleiros Ceramistas

Trata-se de ações propostas por oleiros ceramistas impactados quando da formação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. São 189 ações envolvendo o valor de R\$ 563 milhões para 30 de setembro de 2011. Os pedidos formulados são diversos, destacando-se, entre eles, o pedido de prorrogação do prazo de 8 anos estabelecido nos compromissos firmados entre a CESP e os impactados como tempo para manutenção da atividade de oleiro ceramista. Este prazo foi o referencial para a CESP promover o estoque de argila necessário. O montante provisionado em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 146,6 milhões para as ações cujo risco foi avaliado como provável.

Ainda com relação à atividade oleiro-cerâmica, a CESP responde uma ação de indenização, perante a Comarca de Panorama, proposta por Hélio Cardoso Costa e outros 2.157 empregados de olarias pleiteando perdas e danos materiais e morais decorrentes da paralisação da atividade. O valor envolvido nessa ação é de aproximadamente R\$ 1.209 milhões. Não foi constituída provisão em razão da avaliação de risco de perda dessa ação ser considerada remota.

20.1.6 Ações de Desapropriações – Usinas CESP

Estão constituídas provisões no montante de R\$ 142,6 milhões para as ações de desapropriações envolvendo suas usinas, que correspondem à expectativa de perdas consideradas prováveis pelos assessores jurídicos da CESP. Em 30 de setembro de 2011, o valor da pretensão dos expropriados correspondentes às áreas das usinas da CESP era de R\$ 250,9 milhões.

20.1.7 Ações de Desapropriações – Empresas Cindidas

Diversas ações estão em curso, nas quais se discute o valor da indenização a ser paga pela Companhia, em virtude da desapropriação de imóveis situados nas áreas das usinas, envolvendo obrigações e questões judiciais de empreendimentos das empresas de geração AES Tietê, Duke Energy e a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (cindidas da CESP), cuja responsabilidade pelo pagamento das ações existentes até 31 de março de 1999 é da CESP. Em 30 de setembro de 2011, o valor da pretensão dos expropriados correspondente a todas essas ações era de aproximadamente R\$ 213,2 milhões, dos quais foram provisionados R\$ 212,6 milhões, tendo em vista a análise da Companhia e seus assessores legais quanto às probabilidades de perdas nestes assuntos.

Notas Explicativas

21 OBRIGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

21.1 Obrigações Socioambientais

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Circulante		
Termo de ajustamento de conduta - TAC (a).....	24.095	24.172
	<u>24.095</u>	<u>24.172</u>
Não Circulante		
Termo de ajustamento de conduta - TAC (a).....	47.838	64.078
Reflorestamento (b).....	104.593	104.593
Compromissos ambientais - Licenciamento.....	59.821	59.821
	<u>212.252</u>	<u>228.492</u>
	<u>236.347</u>	<u>252.664</u>

(a) Refere-se a passivo Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, a ser pago em até 60 meses, com pagamento iniciado em setembro de 2009 e término para agosto de 2014.

(b) Refere-se à aquisição de áreas e projetos de reflorestamento no Parque Rio do Peixe, Vinhema e Porto Primavera.

21.2 Outras Obrigações

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Circulante		
Antecipação de Recebíveis - Consumidores Livres (a).....	19.688	19.688
Fundação CESP (b).....	15.792	14.338
P & D - Projetos (c).....	86.620	72.926
Parcelamento de Ações de Desapropriações (d).....	55.475	85.469
Outros.....	6.584	2.977
	<u>184.159</u>	<u>195.398</u>
Não Circulante		
Antecipação de Recebíveis - Consumidores Livres (a).....	10.981	26.479
Parcelamento de Ações de Desapropriações (d).....	-	45.617
Reserva Global de Reversão - RGR (reversão/amortização).....	15.481	15.481
	<u>26.462</u>	<u>87.577</u>
	<u>210.621</u>	<u>282.975</u>

(a) Saldos de contratos firmados com consumidores livres em 2005 e 2006, os quais vêm sendo amortizados mensalmente com recebíveis de fornecimento de energia.

(b) Saldo de prestação de contas com a entidade de previdência e inclui principalmente contingência previdenciária com o INSS, com avaliação de risco de perda provável.

(c) Saldo de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados pela SELIC.

(d) Refere-se a acordo judicial, para parcelamento de processos de desapropriações de usinas de empresas cindidas (Duke Energy), celebrado em 28.05.2010, para pagamento em 24 parcelas com atualização pela variação do IPC-FIPE e acréscimo de juros de 0,5% a.m.

Notas Explicativas

22 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

22.1 Operações com Partes Relacionadas

Estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

Empresas	Nota	Natureza da operação	Saldo em 30.09.2011			Acumulado em 30.09.2011
			Ativo		Passivo	Resultado Receita/ (despesa)
			Circulante	Circulante	Não Circulante	
SABESP (a)		Venda de energia	8.786	-	-	77.652
METRÔ (a)		Venda de energia	4.821	-	-	43.723
CPTM (a)		Venda de energia	3.371	-	-	29.460
DAEE	10	Cessão de créditos	4.101	-	-	1.074
EMAE (b)		Aluguel	-	-	-	705
Eletrobrás	12	Empréstimos	-	5.215	37.068	(2.356)
Eletrobrás	14	Valores a pagar	-	39.542	116.452	(17.795)
Fundação CESP	18	Previdência privada	-	-	-	(29.886)

Empresas	Nota	Natureza da operação	Saldo em 31.12.2010			Acumulado em 30.09.2010
			Ativo		Passivo	Resultado Receita/ (despesa)
			Circulante	Circulante	Não Circulante	
SABESP (a)		Venda de energia	7.625	-	-	68.278
METRÔ (a)		Venda de energia	4.536	-	-	40.734
CPTM (a)		Venda de energia	2.649	-	-	22.346
DAEE	10	Cessão de créditos	11.474	-	-	1.383
EMAE (b)		Aluguel	-	56	-	(507)
Eletrobrás	12	Empréstimos	-	5.232	42.283	(2.613)
Eletrobrás	14	Valores a pagar	-	35.722	139.208	(26.483)
Fundação CESP	18	Previdência privada	-	-	-	26.314

- a) Contratos celebrados com as empresas, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, Companhia do Metropolitan de São Paulo – METRÔ e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM (controladas pelo Governo do Estado), para fornecimento de energia elétrica, na categoria consumidores livres, nos termos do mercado de livre contratação, determinados pelos agentes reguladores do setor elétrico.
- b) Contrato de locação de imóvel (edificações) de propriedade da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (controlada pelo Governo do Estado de São Paulo), que a Companhia utiliza para sua sede e seus escritórios administrativos, com o aluguel mensal atualizado de R\$ 88.

22.2 Remuneração da Administração

A remuneração da Administração da Companhia em 2011 foi de R\$ 387 (R\$ 388 em 2010), estando esse valor relacionado às remunerações fixa e variável no montante de R\$ 314 (R\$ 352 em 2010) e encargos sociais no valor de R\$ 73 (R\$ 36 em 2010). A Companhia não confere aos seus administradores benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações, tampouco benefícios de longo prazo além dos contemplados no plano de benefícios de aposentadoria e pensão descritos na nota 18.

Notas Explicativas

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

23.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 5.975.433 está dividido em 109.167.558 ações ordinárias, 8.119.548 ações preferenciais classe A e 210.215.567 ações preferenciais classe B. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto social aprovado na AGO de 04 de abril de 2011, até o limite máximo de R\$ 17.926.300.

Os principais acionistas da Companhia, em 30 de setembro de 2011, são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:								
Fazenda do Estado de São Paulo.....	102.706.383	94,08	-	-	15.135.166	7,20	117.841.549	35,99
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ.....	1.323.626	1,21	-	-	-	-	1.323.626	0,40
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.....	6.690	0,01	-	-	-	-	6.690	-
Companhia Paulista de Parcerias - CPP.....	-	-	-	-	13.793.103	6,56	13.793.103	4,21
Outros.....	2.090	-	2	-	3	-	2.095	-
	<u>104.038.789</u>	<u>95,30</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>28.928.272</u>	<u>13,76</u>	<u>132.967.063</u>	<u>40,60</u>
Outros								
Banco Santander (Brasil) S.A.	973.478	0,89	-	-	10.984.645	5,23	11.958.123	3,65
UBS AG London Branch.....	-	-	-	-	24.997.649	11,89	24.997.649	7,63
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS	37.633	0,03	6.664.526	82,08	-	-	6.702.159	2,05
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	-	-	-	-	9.348.439	4,45	9.348.439	2,85
Capital Group Internacional Inc.	-	-	-	-	10.619.469	5,05	10.619.469	3,24
HSBC Bank PLC London	-	-	-	-	27.757.033	13,20	27.757.033	8,48
The Bank of New York - ADR Department	159.009	0,15	277.464	3,42	-	-	436.473	0,13
Pessoas Físicas.....	2.656.564	2,43	1.084.635	13,36	4.881.668	2,32	8.622.867	2,63
Outras Pessoas Jurídicas.....	1.295.367	1,19	63.003	0,78	92.698.392	44,10	94.056.762	28,73
Outros.....	6.718	0,01	29.918	0,37	-	-	36.636	0,01
	<u>5.128.769</u>	<u>4,70</u>	<u>8.119.546</u>	<u>100,00</u>	<u>181.287.295</u>	<u>86,24</u>	<u>194.535.610</u>	<u>59,40</u>
	<u>109.167.558</u>	<u>100,00</u>	<u>8.119.548</u>	<u>100,00</u>	<u>210.215.567</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
Capital social integralizado por ações em R\$ Mil.....	<u>1.991.811</u>		<u>148.145</u>		<u>3.835.477</u>		<u>5.975.433</u>	

23.2 Direitos das Ações

(a) As ações preferenciais classe A têm as seguintes características:

- A prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;
- Dividendo prioritário anual, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do capital social integralizado representado por ações preferenciais classe A, a ser rateado igualmente entre estas;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe B, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B;
- Não terão direito a voto e serão irresgatáveis; e
- Às ações preferenciais classe A, é conferido o direito previsto no artigo 111, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76.

(b) As ações preferenciais classe B têm as seguintes características:

- Direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao acionista controlador alienante na hipótese de alienação do controle da Companhia;
- Direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição do dividendo obrigatório atribuído a tais ações nos termos do Estatuto Social;

Notas Explicativas

- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe A, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe A;
- Não terão direito a voto e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos; e
- Serão irresgatáveis.

(c) Cada ação ordinária nominativa tem direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

(d) Conforme disposto no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas, observadas as disposições legais e as condições previstas, poderão converter (I) ações preferenciais classe A em ações ordinárias e em ações preferenciais classe B e (II) ações ordinárias em ações preferenciais classe A e em ações preferenciais classe B, em ambos os casos, desde que integralizadas. As ações preferenciais classe B da Companhia não são conversíveis.

23.3 Reservas de Capital

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio	<u>1.929.098</u>	<u>1.929.098</u>

Saldo remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

23.4 Ajustes de Avaliação Patrimonial

De acordo com o ICPC 10, em 01.01.2009 o efeito do aumento do ativo imobilizado pela adoção do custo atribuído, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de Avaliação Patrimonial". A realização é contabilizada na conta "Lucros Acumulados" na medida em que a depreciação e baixa do ajuste a valor justo do imobilizado são reconhecidas no resultado.

Movimento	Ajuste Imobilizado	Impostos diferidos Passivo	Ajuste de Avaliação Patrimonial
Valor em 31/12/2010	2.951.020	(1.003.347)	1.947.673
Realização no período	(75.546)	25.686	(49.860)
Valor em 31/03/2011	2.875.474	(977.661)	1.897.813
Realização no período	(74.972)	25.490	(49.482)
Valor em 30/06/2011	2.800.502	(952.171)	1.848.331
Realização no período	(75.912)	25.810	(50.102)
Valor em 30/09/2011	<u>2.724.590</u>	<u>(926.361)</u>	<u>1.798.229</u>

23.5 Reservas de Lucros

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Reserva legal.....	42.788	42.788
Reserva de lucros a realizar (*).....	579.959	579.959
	<u>622.747</u>	<u>622.747</u>

(*) Na Assembleia Geral Ordinária, de 30 de abril de 2010, foi aprovada a constituição da reserva de lucros a realizar, no valor de R\$ 579.959, com base no Parecer de Orientação CVM nº 13/1987 e a Circular CVM/SNC/SEP nº 1/2006, e Inciso II, do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, referente às parcelas de variações cambiais a se realizarem entre 2011 a 2019.

Composição das parcelas a realizar:

Exercícios	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Parcelas a Realizar	162.733	46.126	170.216	33.404	27.955	31.097	34.593	38.482	35.353	579.959

Notas Explicativas

Esta reserva, se não absorvida por prejuízos, será realizada de acordo com o cronograma acima, pelo valor das parcelas em cada ano de realização, as quais integrarão a base de dividendos das propostas de destinação de resultados aos acionistas, nos respectivos exercícios sociais, em conformidade com o inciso III, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

24 RECEITA OPERACIONAL

24.1 Contratos de Venda de Energia

Conforme Decreto nº 5.163, de 31 de dezembro de 2004, e condições estabelecidas pela Resolução Normativa nº 206, de 22 de dezembro de 2005, as concessionárias de distribuição, com mercado inferior a 500 GWh/ano puderam optar pela continuidade da aquisição de energia elétrica do atual agente supridor, para atendimento total ou parcial de seu mercado, através dos Contratos de Compra de Energia – CCEs, além dos contratos de conexão e de uso do sistema.

Neste segmento, a CESP possui contratos com quatro distribuidoras, contendo cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, que será aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Concessionárias	Mês do Reajuste	Tarifas de Energia		(% de Reajuste)
		2010	2011	
Jaguari	Fevereiro	90,65	96,05	5,96
CSPE	Fevereiro	90,87	96,32	6,00
LESTE PAULISTA (ex - CPEE)	Fevereiro	90,04	95,44	6,00
Mococa	Fevereiro	116,40	123,38	6,00

Obs.: Tarifa homologada com vigência a partir de 3 de fevereiro de cada ano.

24.2 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's e Atualização de Preços

A CESP mantém contratos com 36 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência dos leilões realizados (Nota 1.2). Esses contratos têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Reajustes em 2011		Produtos				Produto	Produto	Produto	Produto	(% de Reajuste no ano)
Concessionárias	Mês do Reajuste	2005 a 2012	2006 a 2013	2007 a 2014	2008 a 2015	2009 a 2016	2009 a 2038	2010 a 2039		
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	83,42	91,84	104,37	109,24	119,83	156,43	147,43	6,01	
Ampla	Março	84,08	92,57	105,21	110,21	-	157,68	148,61	6,30	
Enersul, Cemat, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energipe e Celpe	Abril	84,75	93,31	106,04	110,98	121,74	158,92	149,79	6,51	
Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina	Maior	85,40	94,02	106,86	111,84	-	160,15	150,94	6,55	
Cataguazes e Copel	Junho	85,80	94,47	107,36	112,36	-	-	151,66	6,71	
Celtins e Eletropaulo	Julho	85,93	94,61	107,52	112,53	123,44	161,14	151,88	6,87	
Celesc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	86,39	95,11	108,09	113,13	124,10	162,00	152,68	7,23	
Celg	Setembro	86,85	95,61	108,66	113,73	124,75	162,86	153,49	7,31	

Notas Explicativas

Reajustes em 2010		Produtos			Produto	Produto	Produto	Produto	(% de Reajuste no ano)
Concessionárias	Mês do Reajuste	2005 a 2012	2006 a 2013	2007 a 2014	2008 a 2015	2009 a 2016	2009 a 2038	2010 a 2039	
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	78,70	86,65	98,47	103,06	113,05	147,58	132,99	4,83
Ampla	Março	79,31	87,32	99,24	103,87	-	148,73	133,72	5,17
Enersul, Cemat, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce,	Abril	79,73	87,78	99,76	104,41	114,53	149,51	133,99	5,26
Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina	Maiο	80,18	88,28	100,32	105,00	-	150,36	134,63	5,22
Cataguazes e Copel	Junho	80,53	88,66	100,76	105,45	-	-	135,26	4,84
Celtins e Eletropaulo	Julho	80,53	88,66	100,76	105,45	115,68	151,01	135,75	4,60
Celesc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	76,99	84,77	96,33	100,83	110,60	144,38	144,38	4,49
Celg	Setembro	80,57	88,70	100,81	105,51	115,73	151,08	136,28	4,70

24.3 Energia Vendida

No quadro a seguir é apresentada a energia vendida:

Energia Vendida no 3º Trimestre

	MWh (*)		R\$ Mil	
	2011	2010	2011	2010
Fornecimento (1)				
Industrial.....	1.377.582	1.898.259	138.649	174.912
Comercial.....	5.529	-	681	-
Serviço Público.....	477.393	460.797	51.255	45.559
	<u>1.860.504</u>	<u>2.359.056</u>	<u>190.585</u>	<u>220.471</u>
Suprimento				
Contratos				
Agentes Comercializadores..... (2)	1.207.023	872.275	94.642	101.419
Contratos de Compra de Energia - CCE's.... (3)	196.208	217.045	20.192	20.916
	<u>1.403.231</u>	<u>1.089.320</u>	<u>114.834</u>	<u>122.335</u>
Leilões de Energia (4)				
Produto 1 CCEAR 2005-2012	1.435.442	1.474.148	120.602	116.842
Produto 2 CCEAR 2006-2013	2.123.738	2.229.504	196.378	193.001
Produto 3 CCEAR 2007-2014	39.055	40.744	4.066	4.001
Produto 4 CCEAR 2008-2015	318.026	335.706	34.928	34.806
Produto 5 CCEAR 2009-2016	205.891	212.167	24.809	24.124
Produto 6 CCENV 2009-2038	176.058	176.687	27.718	26.242
Produto 7 CCENV 2010-2039	321.954	327.707	47.835	45.335
MCSD (Produtos 1, 2, 3, 4 e 5).....	581.471	448.700	54.576	36.724
	<u>5.201.635</u>	<u>5.245.363</u>	<u>510.912</u>	<u>481.075</u>
	<u>6.604.866</u>	<u>6.334.683</u>	<u>625.746</u>	<u>603.410</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (5)				
Energia de Curto Prazo - PLD.....	414.735	216.687	14.396	25.694
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	844.169	1.293.564	9.051	10.735
	<u>1.258.904</u>	<u>1.510.251</u>	<u>23.447</u>	<u>36.429</u>
Total.....	<u>9.724.274</u>	<u>10.203.990</u>	<u>839.778</u>	<u>860.310</u>

Notas Explicativas

Energia Vendida Acumulada em 9 meses	MWh (*)		R\$ Mil	
	2011	2010	2011	2010
Fornecimento (1)				
Industrial.....	4.057.196	5.069.903	407.286	474.909
Comercial.....	17.468	-	2.151	-
Serviço Público.....	1.405.490	1.342.187	150.836	131.359
	<u>5.480.154</u>	<u>6.412.090</u>	<u>560.273</u>	<u>606.268</u>
Suprimento				
Contratos				
Agentes Comercializadores...(2).....	3.022.438	2.432.782	253.467	246.320
Contratos de Compra de Energia - CCE's...(3).....	539.775	603.316	55.233	57.885
	<u>3.562.213</u>	<u>3.036.098</u>	<u>308.700</u>	<u>304.205</u>
Leilões de Energia (4)				
Produto 1 CCEAR 2005-2012	4.330.935	4.392.807	355.257	341.953
Produto 2 CCEAR 2006-2013	6.447.696	6.658.797	583.022	569.605
Produto 3 CCEAR 2007-2014	117.622	121.595	12.030	11.809
Produto 4 CCEAR 2008-2015	967.883	1.012.138	103.964	103.209
Produto 5 CCEAR 2009-2016	642.655	659.484	75.564	73.675
Produto 6 CCENV 2009-2038	531.145	532.972	81.761	77.836
Produto 7 CCENV 2010-2039	959.599	961.532	139.285	131.796
MCS D (Produtos 1, 2, 3, 4 e 5).....	1.618.495	1.264.277	149.045	107.106
	<u>15.616.030</u>	<u>15.603.602</u>	<u>1.499.928</u>	<u>1.416.989</u>
	<u>19.178.243</u>	<u>18.639.700</u>	<u>1.808.628</u>	<u>1.721.194</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (5)				
Energia de Curto Prazo - PLD.....	3.201.645	3.080.743	81.535	85.154
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	1.795.028	2.760.968	17.564	26.726
	<u>4.996.673</u>	<u>5.841.711</u>	<u>99.099</u>	<u>111.880</u>
Total.....	<u>29.655.070</u>	<u>30.893.501</u>	<u>2.468.000</u>	<u>2.439.342</u>

(1) Refere-se a vendas de energia a consumidores livres, no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

(2) Refere-se ao suprimento de energia as comercializadoras de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

(3) Contratos de compra e venda de energia, conforme (Nota 24.1).

(4) Refere-se ao suprimento de energia as concessionárias de distribuição de energia elétrica, através de Leilões de Energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e MCS D – Mecanismo de Compensação de Sobras.

(5) Inclui os valores de faturamento de energia disponível (PLD e MRE) comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

24.4 Receita Operacional Líquida

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita), segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Companhia na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Companhia deva apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita líquida, por esta representar os ingressos líquidos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

Notas Explicativas

	Trimestres Findos em	
	30.09.2011	30.09.2010
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receitas c/ Energia		
Fornecimento de energia.....	190.585	220.471
Suprimento de energia - Contratos.....	114.834	122.335
Suprimento de energia de leilões.....	510.912	481.075
Energia de curto prazo	23.447	36.429
	<u>839.778</u>	<u>860.310</u>
Outras receitas.....	749	1.207
	<u>840.527</u>	<u>861.517</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(21.567)	(20.276)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D.....	(7.348)	(7.557)
Imposto s/ serviços - ISS.....	(22)	(42)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(62.623)	(63.488)
PIS s/ receitas operacionais.....	(13.665)	(13.050)
	<u>(105.225)</u>	<u>(104.413)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>735.302</u>	<u>757.104</u>

	Acumulado em	
	30.09.2011	30.09.2010
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receitas c/ Energia		
Fornecimento de energia	560.273	606.268
Suprimento de energia - Contratos.....	308.700	304.205
Suprimento de energia de leilões.....	1.499.928	1.416.989
Energia de curto prazo	99.099	111.880
	<u>2.468.000</u>	<u>2.439.342</u>
Outras receitas.....	2.923	2.986
	<u>2.470.923</u>	<u>2.442.328</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(64.270)	(60.827)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D.....	(21.865)	(21.370)
Imposto s/ serviços - ISS.....	(86)	(94)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(183.142)	(179.768)
PIS s/ receitas operacionais.....	(39.760)	(39.027)
	<u>(309.123)</u>	<u>(301.086)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>2.161.800</u>	<u>2.141.242</u>

Notas Explicativas

25 CUSTOS E DESPESAS

25.1 Energia Comprada e Uso da Rede Elétrica

	Trimestres findos em		Acumulado até	
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
Energia comprada (1)				
CCEE	-	8.015	-	8.015
Outras.....	-	29.546	-	75.139
	<u>-</u>	<u>37.561</u>	<u>-</u>	<u>83.154</u>
Uso da Rede Elétrica (2)				
Conexão - CTEEP	36	34	104	98
Rede Básica.....	89.172	78.013	248.413	242.441
	<u>89.208</u>	<u>78.047</u>	<u>248.517</u>	<u>242.539</u>
Total.....	<u>89.208</u>	<u>115.608</u>	<u>248.517</u>	<u>325.693</u>

- (1) Valores de faturamento e fechamento junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica/CCEE, decorrentes da aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país, além de outras aquisições para atendimento de contratos.
- (2) Encargos de conexão e rede básica decorrentes do uso do sistema de transmissão: valores fixados pelas Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1021, de 29 de junho de 2010 e 1171, de 28 de junho de 2011.

25.2 Outras (Despesas) Receitas Líquidas

	Trimestres findos em		Acumulado até	
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
Ganho/perda na alienação de bens e direitos.....	1.340	-	2.787	10.289
Ganho na consolidação dívidas REFIS (Lei 11.941/09 - notas 8 e 17).....	-	-	19.956	-
Depreciação de bens não vinculados.....	(930)	(388)	(2.811)	(1.165)
Despesas com convênios	(2.523)	(5.875)	(10.971)	(13.821)
Indenizações - empresas cindidas (a).....	(1.051)	(5.099)	(4.463)	(9.186)
Custos retardatários (proteção de encostas de reservatórios) (b).....	(4.375)	-	(28.510)	-
Reversão (Provisões) ações de desapropriações - cindidas (a).....	(7.288)	2.207	(24.173)	1.783
Reversão (Provisões) ações cíveis (a).....	13.939	(95.722)	(55.099)	(116.730)
Provisões ações e contingências ambientais (a).....	(75.096)	(13.496)	(113.472)	(55.306)
Outras (despesas) receitas líquidas.....	(381)	(1.547)	(612)	(3.278)
	<u>(76.365)</u>	<u>(119.920)</u>	<u>(217.368)</u>	<u>(187.414)</u>

- (a) Pelo protocolo de Cisão Parcial da CESP, as obrigações referentes a ações de desapropriações e cíveis anteriores a 31 de março de 1999, das Usinas incorporadas pelas empresas cindidas, são de responsabilidade da Companhia (Nota 20.1.7);
- (b) Os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes das usinas, a partir do exercício de 2009 deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 11.1).

Notas Explicativas**26 RESULTADO FINANCEIRO****Resultado Financeiro no 3º Trimestre**

	2011	2010
Receita		
Rendimentos de aplicações financeiras.....	14.385	5.821
Atualização de quotas subordinadas - FIDC (Nota 7).....	244	(816)
Atualização de créditos/recebíveis - DAEE (Nota 10).....	278	-
Atualização de valores a receber - energia livre (Nota 4).....	546	11.060
Outras.....	149	1.988
	<u>15.602</u>	<u>18.053</u>
Despesa		
Encargos de dívidas		
Moeda estrangeira.....	(18.025)	(39.483)
Moeda nacional.....	(33.477)	(36.836)
	<u>(51.502)</u>	<u>(76.319)</u>
Outras		
Encargos e atualização s/ tributos e contribuições sociais / outros.....	(1.345)	(655)
Juros e atualização do contrato ELETROBRÁS (Nota 14).....	(5.542)	(7.883)
Atualização de cessão de créditos recebíveis de energia.....	(9.524)	(11.240)
Atualização de encargos de uso da rede elétrica - parcelamento.....	(1.120)	(260)
Imposto s/ operações financeiras.....	(22)	(662)
Atualização TAC (nota 21.1).....	(3.081)	-
Despesas c/ operações financeiras - FIDC.....	(344)	(436)
Atualização P&D - projetos.....	(1.509)	(1.074)
Desconto contrato de clientes.....	(4.365)	(5.975)
Outros encargos.....	(3.033)	(3.211)
	<u>(29.885)</u>	<u>(31.396)</u>
	<u>(81.387)</u>	<u>(107.715)</u>
	<u>(65.785)</u>	<u>(89.662)</u>
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas		
Moeda nacional.....	(49.575)	(39.340)
Moeda estrangeira.....	(216.878)	108.922
	<u>(266.453)</u>	<u>69.582</u>
Resultado Financeiro.....	<u>(332.238)</u>	<u>(20.080)</u>

Notas Explicativas

	2011	2010
Resultado Financeiro Acumulado até 30 de Setembro		
Receita		
Rendimentos de aplicações financeiras.....	26.538	14.554
Atualização de quotas subordinadas - FIDC (Nota 7).....	3.091	9.282
Atualização de créditos/recebíveis - DAEE (Nota 10).....	1.074	1.353
Atualização de valores a receber - energia livre (Nota 4).....	3.954	28.077
Outras.....	979	3.837
	<u>35.636</u>	<u>57.103</u>
Despesa		
Encargos de dívidas		
Moeda estrangeira.....	(85.922)	(127.632)
Moeda nacional.....	(99.257)	(101.295)
	<u>(185.179)</u>	<u>(228.927)</u>
Outras		
Encargos e atualização s/ tributos e contribuições sociais / outros.....	(1.430)	(2.940)
Juros e atualização do contrato ELETROBRÁS (Nota 14).....	(17.795)	(26.483)
Atualização de cessão de créditos recebíveis de energia.....	(28.043)	(26.320)
Atualização de encargos de uso da rede elétrica - parcelamento.....	(2.454)	(2.547)
Imposto s/ operações financeiras.....	(22)	(1.829)
Atualização TAC (nota 21.1).....	(10.563)	-
Despesas c/ operações financeiras - FIDC.....	(1.033)	(1.383)
Atualização P&D - projetos.....	(3.986)	(2.664)
Desconto contrato de clientes.....	(20.213)	(13.458)
Outros encargos.....	(7.685)	(5.375)
	<u>(93.224)</u>	<u>(82.999)</u>
	<u>(278.403)</u>	<u>(311.926)</u>
	<u>(242.767)</u>	<u>(254.823)</u>
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas		
Moeda nacional.....	(163.996)	(139.259)
Moeda estrangeira.....	(136.656)	44.380
	<u>(300.652)</u>	<u>(94.879)</u>
Resultado Financeiro.....	<u>(543.419)</u>	<u>(349.702)</u>

Notas Explicativas

27 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – RESULTADO

A Companhia apura mensalmente o Imposto de Renda e a Contribuição Social, com base em balancete de suspensão ou redução, em que são consideradas as adições/exclusões (temporárias ou permanentes) previstas na legislação, bem como as variações cambiais líquidas (positivas/negativas) sobre empréstimos e financiamentos, face à opção pelo regime de caixa para tributação dessas variações.

As parcelas dos tributos e contribuições sociais (IRPJ e CSLL) foram calculadas sobre o lucro fiscal tributável até 30 de setembro de 2011 e 2010.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota nominal

O quadro a seguir é uma conciliação da despesa tributária apresentada e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária total de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social) sobre o lucro fiscal tributável.

	3º Trimestre de 2011		Acumulado até 30.09.2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(116.820)	(116.820)	(99.386)	(99.386)
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	29.205	10.514	(24.834)	(8.944)
Ajustes para a alíquota vigente:				
(a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Ajuste Regime Tributário de Transição - RTT.....	(19.014)	(6.845)	(57.422)	(20.671)
Dividendos recebidos.....	-	-	19	7
Juros s/ o capital próprio.....	-	-	18.750	6.750
Adições/exclusões permanentes.....	3.212	(159)	10.410	(385)
(b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais de períodos anteriores para os quais não foi registrado ativo diferido				
Diferenças temporárias.....	(73.860)	(26.592)	(126.054)	(45.383)
Despesa contabilizada.....	(60.457)	(23.082)	(179.131)	(68.626)
Despesa de imposto de renda e contribuição social composta por:				
Corrente.....	(42.156)	(16.157)	(124.744)	(48.038)
Diferido (Nota 8).....	(18.301)	(6.925)	(54.387)	(20.588)
Receita e (despesa) de Impostos e Contribuições sociais diferidos:				
Reversão / (apropriação) de Impostos diferidos (passivo)	74.848	26.946	134.825	48.537
Total no resultado.....	14.391	3.864	(44.306)	(20.089)
Alíquota Efetiva	12,3%	3,3%	-44,6%	-20,2%

	3º Trimestre de 2010		Acumulado até 30.09.2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes do Imposto de renda (IRPJ) e da Contribuição social (CSLL)	173.678	173.678	267.219	267.219
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(43.420)	(15.631)	(66.805)	(24.050)
Ajustes para a alíquota vigente:				
(a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Ajuste Regime Tributário de Transição - RTT.....	(18.855)	(6.788)	(56.566)	(20.364)
Juros s/ o capital próprio.....	6.250	2.250	18.750	6.750
Outros.....	2.865	(89)	10.141	(171)
(b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais de períodos anteriores para os quais não foi registrado ativo diferido				
Diferenças temporárias.....	13.007	4.376	(9.406)	(3.878)
Despesa contabilizada.....	(40.153)	(15.882)	(103.886)	(41.713)
Despesa de imposto de renda e contribuição social composta por:				
Corrente.....	(28.132)	(11.117)	(72.310)	(29.199)
Diferido (Nota 8).....	(12.021)	(4.765)	(31.576)	(12.514)
Receita e (despesa) de Impostos e Contribuições sociais diferidos:				
Reversão / (apropriação) de Impostos diferidos (passivo)	(5.794)	(2.085)	69.659	25.078
Total no resultado.....	(45.947)	(17.967)	(34.227)	(16.635)
Alíquota Efetiva	26,5%	10,3%	12,8%	6,2%

Notas Explicativas

28 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa: a composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4. As transações que não envolvem caixa são:

Descrição	30.09.2011	30.09.2010
Caixa pago durante o trimestre referente a:		
Juros s/o Capital Próprio	25.000	50.000
Dividendos referentes a 31.12.2010	164.440	-
Itens que não afetaram o caixa:		
Juros s/ Capital Próprio (a pagar)	50.000	75.000
	239.440	125.000

29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DO RISCO

O negócio da Companhia compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo).

Em relação aos seus instrumentos financeiros, a Companhia elabora projeções de cenários, apresentando três possibilidades:

- (i) **Cenário Provável:** são refletidas as expectativas para 360 dias a partir da data do Balanço, disponibilizadas pelo mercado financeiro, para cálculo dos valores futuros das operações.
- (ii) **Cenário Possível:** considera uma deterioração de 25% de variável de risco considerada, em relação ao valor apresentado em Provável;
- (iii) **Cenário Remoto:** deterioração de 50% sobre a variável de risco em análise.

Em 30 de setembro de 2011, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximavam-se dos valores contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	30.09.2011	31.12.2010
Ativos Financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Consumidores e revendedores (Nota 5)	330.941	331.256
Energia livre / CCEE (Nota 5)	25.516	43.554
	356.457	374.810
Valor justo por meio do resultado		
Depósitos vinculados (Nota 7.b)	-	171.266
Quotas Subordinadas - FIDC (Nota 7.a)	75.351	74.860
	75.351	246.126
	431.808	620.936
Passivos Financeiros		
Avaliados ao Custo amortizado		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 12)	2.679.383	2.770.044
FIDC (Nota 13)	1.229.465	1.324.676
Valores a pagar (Nota 14)	156.653	173.251
	4.065.501	4.267.971

Notas Explicativas

29.1 Índice de Endividamento (Liquidez)

Índice de Endividamento	30.09.2011	31.12.2010
Empréstimos + Financ.+FIDC + Valores a pagar	4.065.501	4.267.971
Caixa e equivalente de Caixa	399.556	170.760
Dívida Líquida	3.665.945	4.097.211
Patrimônio Líquido	10.434.942	10.474.951
Índice de Endividamento Líquido	35,1%	39,1%

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento:

	1 ano	2 anos	5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 30 de setembro de 2011					
Empréstimos e Financiamentos.....	421.050	62.068	1.767.080	429.185	2.679.383
FIDC.....	300.070	319.720	547.862	61.813	1.229.465
Valores a Pagar.....	40.201	39.318	77.134	-	156.653
	761.321	421.106	2.392.076	490.998	4.065.501

29.2 Risco de Taxa de Câmbio

O endividamento e o resultado das operações da Companhia são afetados significativamente pelo risco de taxa de câmbio (essencialmente o dólar norte-americano). A Companhia não tem pactuado contratos de swap para fazer "hedge" contra esse risco. Em 30 de setembro de 2011, o saldo total da conta de empréstimos e financiamentos, incluindo encargos incorridos até a data, montava a R\$ 1.376.112 (R\$ 1.640.083, em 31 de dezembro de 2010) referentes a captações em moeda estrangeira, exclusivamente dólar norte-americano.

Passivos	Saldo Contábil	
	30/09/2011	31/12/2010
Empréstimos e Financiamentos		
Dólar Americano - US\$	1.376.112	1.640.083
(-) Cauções e depósitos vinculados	-	(171.266)
Total	1.376.112	1.468.817

Análise de sensibilidade do Risco de Taxa de Câmbio

A Companhia considera que o risco de estar passiva em moeda estrangeira é a elevação da cotação do dólar-norte americano (PTAX) na data do vencimento de cada parcela dos contratos de empréstimos e financiamentos captados em moeda estrangeira, que impactam suas despesas financeiras e fluxo de caixa.

A Companhia elaborou análise de sensibilidade deste risco, em consonância com a Instrução CVM 475/08, utilizando o cenário de taxas de juros provável nos contratos com taxas variáveis, bem como os cenários divulgados no relatório Focus (Bacen) de 07/10/2011, para estimar um cenário de taxa média de dólar.

Moedas	Previsão	Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
Dólar Americano: US\$/R\$	1,71	2,13	2,56

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais na saída de caixa no curto prazo (outubro/2011 a setembro/2012), com base no serviço da dívida a pagar, incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, deduzindo o montante contabilizado no curto prazo da atual demonstração contábil, conforme a tabela abaixo:

Notas Explicativas

Em milhares de Reais

Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Vinculados às moedas:				
Empréstimos e Financiamentos em US\$	Apreciação do US\$	22.181	(42.274)	(106.728)

A Companhia, em decorrência da variação cambial projetada, teria um decréscimo na saída de caixa no período de outubro/2011 a setembro/2012 de R\$ 22.181 no cenário provável, e nos cenários possível e remoto, um acréscimo de R\$ 42.274 e R\$ 106.728, respectivamente.

Com base na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 30/09/2011, a Companhia, adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 30/09/2012 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Impacto Sobre Saldo Devedor			Projeção para 30/09/2012		
Passivos	Risco	Saldo em 30/09/2011	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e Financiamentos Dólar Americano - US\$	Apreciação do US\$	1.376.112	1.267.101	1.583.876	1.900.651

29.3 Risco de Taxa de Juros / Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição da modalidade de suas dívidas. Em 30 de setembro de 2011, a Companhia possuía R\$ 3.450.857, captados a taxas variáveis de juros e/ou indexados à taxas de inflação, e R\$ 614.644 captados a taxas fixas:

Passivos	Saldo Contábil	
	30/09/2011	31/12/2010
Vinculados às taxas:		
Moeda Nacional	2.689.389	2.627.888
CDI	1.391.840	1.324.676
IGP-M	179.747	201.253
IPC-A	962.562	938.640
TJLP	112.943	117.109
TAXA FIXA	42.297	46.210
Moeda Estrangeira	1.376.112	1.640.083
UMBNDDES	743.421	706.115
LIBOR	60.344	80.169
TAXA FIXA	572.347	853.799
Total	4.065.501	4.267.971

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e inflação

A CESP considera que o risco de estar passiva em contratos, que além de taxa fixa e "spread" tenham custos com indexadores variáveis (atualizados com taxas de juros pós-fixadas ou taxas de inflação), é a elevação destes índices e consequente aumento das despesas financeiras relativa ao passivo, captado em moeda nacional e estrangeira e no seu fluxo de caixa por elevação dos desembolsos previstos.

A Companhia agrupou o passivo por indexador contratado e elaborou análise de sensibilidade, em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, utilizando neste passivo o cenário divulgado no relatório Focus (Bacen) de 07/10/2011. No passivo em moeda estrangeira foi considerada a conversão para reais com a mesma paridade de fechamento do presente demonstrativo, para refletir apenas as alterações de cenários de taxas de juros.

Notas Explicativas

Taxa % a.a.

CDI	Previsão	Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
CDI	10,82	13,53	16,23
IGP-M	5,4	6,75	8,1
IPC-A	5,82	7,28	8,73
TJLP	6	7,5	9
UMBNDDES	3,43	4,28	5,14
LIBOR	0,5	0,63	0,75

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais da saída de caixa, com base no total do serviço da dívida a pagar no curto prazo (outubro/2011 a setembro/2012), incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, e deduzindo o montante contabilizado na data da atual apuração destas demonstrações contábeis, conforme a tabela abaixo:

Em milhares de Reais

Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Vinculados às taxas:				
Moeda Nacional	Varição do CDI	307	(4.323)	(8.887)
	Varição do IGP-M	(1.896)	(2.126)	(2.356)
	Varição do IPC-A	(2.742)	(3.547)	(4.359)
	Varição da TJLP	-	(317)	(633)
Moeda Estrangeira	Varição da UMBNDES	-	(4.922)	(9.884)
	Varição da LIBOR	-	(106)	(212)
Total		(4.331)	(15.341)	(26.331)

A Companhia, em decorrência da variação dos índices projetados, teria um acréscimo na saída de caixa de R\$ 4.331 no cenário provável, de R\$ 15.341 no cenário possível e R\$ 26.331 no cenário remoto comparativamente ao fluxo contabilizado no curto prazo.

Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 30/09/2011, a Companhia, adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 30/09/2012 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Impacto Sobre Saldo Devedor		Projeção para 30/09/2012			
Passivos Financeiros	Risco	Saldo em 30/09/2011	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Moeda Nacional					
Moeda Nacional	Varição do CDI	1.391.840	1.065.613	1.094.438	1.123.263
IGP-M	Varição do IGP-M	179.747	141.604	143.515	145.425
IPC-A	Varição do IPC-A	962.562	1.007.136	1.021.797	1.036.457
TJLP	Varição da TJLP	112.943	57.718	58.584	59.449
TAXA FIXA	Sem Risco	42.297	37.078	37.078	37.078
Moeda Estrangeira					
UMBNDDES	Varição da UMBNDES	743.421	687.508	693.398	699.288
LIBOR	Varição da LIBOR	60.344	1.688	1.690	1.692
TAXA FIXA	Sem Risco	572.347	733.491	733.491	733.491
Total		4.065.501	3.731.836	3.783.991	3.836.143

29.4 Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento – o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento – o concentrado nú-

Notas Explicativas

mero e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

29.5 Instrumentos Financeiros Derivativos

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 550/2008, de 17 de outubro de 2008, a Companhia informa o que segue:

(a) Política financeira adotada pela Companhia

A Companhia tem uma dívida aproximada de R\$ 4,1 bilhões em 30 de setembro de 2011, grande parte reestruturada com instituições financeiras nacionais e internacionais nos últimos anos. Nesse processo de reestruturação, a principal estratégia utilizada pela Companhia para o monitoramento de riscos futuros foi a de substituir grande parte da dívida em moeda estrangeira por dívida em moeda nacional, com o objetivo de reduzir sua exposição cambial.

(b) Controles internos e operacionais sobre contratação de operações financeiras

Com o objetivo de gerenciar os riscos associados a cada estratégia e a cada negociação com instituições financeiras, as operações financeiras de qualquer natureza são aprovadas pela Diretoria, podendo ser levadas ao Conselho de Administração, nas condições estabelecidas no estatuto social da Companhia.

(c) Análise da existência de derivativos

A Companhia não contratou nenhuma operação de derivativos no terceiro trimestre de 2011 e não possui nenhuma em aberto na data de 30 de setembro de 2011.

29.6 Valorização dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 30 de setembro de 2011 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

29.6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere, substancialmente, dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.

29.6.2 Valores a Receber

Energia Livre e Energia de Curto Prazo – CCEE: esses créditos decorrem basicamente de energia livre durante o período de racionamento e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data destas demonstrações.

29.6.3 Investimentos

Estão registrados ao custo de aquisição, sendo constituída provisão para sua redução a valor de mercado, quando requerido ou aplicável.

29.6.4 Empréstimos, Financiamentos e FIDC

A Companhia possui ativos e passivos mensurados ao valor justo através do resultado, além disso, possui outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado.

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicado individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas com diversas instituições financeiras. O valor de mercado de um título, portanto, corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais, como segue:

Notas Explicativas

Passivos	30/09/2011	
	Valor Contábil	Valor de Mercado
Moeda Estrangeira		
Medium Term Notes	(412.685)	(450.270)
Moeda Nacional		
Medium Term Notes	(962.562)	(1.010.594)
FIDC's	(1.229.465)	(1.224.172)
Total	(2.604.712)	(2.685.036)

30 SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidade, conforme demonstrado a seguir:

Tipo	Seguradora	Cobertura	Vencido	Valor Segurado
D&O - Seguro de Administradores	ACE Seguradora S/A	Responsabilidade civil - D&O	03/2012	2.000
Vida	Tóquio Marine	Indenização p/ morte ou invalidez permanente de empregados	10/2011	2.600
Aeronáutico	Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A	Casco/ Responsabilidade Civil	12/2011	20.000
Riscos Patrimoniais	ACE Seguradora S/A	Máquinas e Equipamentos do Sistema de Geração das Usinas	08/2012	1.308.000

31 APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 08 de novembro de 2011.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA CESP

Os principais acionistas da Companhia em 30 de setembro de 2011 são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades (a)							
	Ordinárias		Preferenciais		Preferenciais		Total	
		%	Classe A	%	Classe B	%		%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:								
Fazenda do Estado de São Paulo.....	102.706.383	94,08	-	-	15.135.166	7,20	117.841.549	35,99
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ.....	1.323.626	1,21	-	-	-	-	1.323.626	0,40
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.....	6.690	0,01	-	-	-	-	6.690	-
Companhia Paulista de Parcerias - CPP.....	-	-	-	-	13.793.103	6,56	13.793.103	4,21
Outros.....	2.090	-	2	-	3	0,00	2.095	-
	<u>104.038.789</u>	<u>95,30</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>28.928.272</u>	<u>13,76</u>	<u>132.967.063</u>	<u>40,60</u>
Outros								
Banco Santander (Brasil) S/A (capital aberto) (a).....	973.478	0,89	-	-	10.984.645	5,23	11.958.123	3,65
Blackrock Inc. (*).....	-	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS (capital aberto) (a).....	37.633	0,03	6.664.526	82,08	-	-	6.702.159	2,05
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR (capital aberto) (a)...	-	-	-	-	9.348.439	4,45	9.348.439	2,85
Capital Group Internacional Inc. (*).....	-	-	-	-	10.619.469	5,05	10.619.469	3,24
HSBC Bank PLC London (*).....	-	-	-	-	27.757.033	13,20	27.757.033	8,48
UBS AG London Branch (*).....	-	-	-	-	24.997.649	11,89	24.997.649	7,63
The Bank of New York - ADR Department	159.009	0,15	277.464	3,42	-	-	436.473	0,13
Pessoas Físicas.....	2.656.564	2,43	1.084.635	13,36	4.881.668	2,32	8.622.867	2,63
Outras Pessoas Jurídicas.....	1.295.367	1,19	63.003	0,78	92.698.392	44,10	94.056.762	28,73
Outros.....	6.718	0,01	29.918	0,37	-	-	36.636	0,01
	<u>5.128.769</u>	<u>4,70</u>	<u>8.119.546</u>	<u>100,00</u>	<u>181.287.295</u>	<u>86,24</u>	<u>194.535.610</u>	<u>59,40</u>
	<u>109.167.558</u>	<u>100,00</u>	<u>8.119.548</u>	<u>100,00</u>	<u>210.215.567</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
Capital social integralizado por ações em R\$ Mil.....	<u>1.991.811</u>		<u>148.145</u>		<u>3.835.477</u>		<u>5.975.433</u>	

a) Inclui acionistas que individualmente são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.

(*)O acionista não disponibilizou a informação sobre a composição do capital social.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1.1. Posição Acionária dos Detentores de mais de 5% das Ações de cada Espécie e Classe, até o Nível de Pessoa Física**

Companhia Paulista de Parcerias - CPP				Posição em 30.09.2011			
Acionistas	Quantidades de Ações - Em Unidades						
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%	
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.....	-	-	13.793.103	-	13.793.103	100,00	
	-	-	13.793.103	-	13.793.103	100,00	

Centrais Elétricas Brasileiras S.A.				Posição em 30.09.2011			
Acionistas	Quantidades de Ações - Em Unidades						
	Ordinárias	%	Preferenciais		%	Total	%
			Classe A	Classe B			
União.....	552.968.382	50,87	-	2.252	0,00	552.970.634	40,88
BNDESPAR.....	180.757.951	16,63	-	18.691.102	7,04	199.449.053	14,75
BNDES.....	76.338.832	7,02	-	18.262.671	6,88	94.601.503	6,99
FND.....	45.621.589	4,20	-	-	-	45.621.589	3,37
FGHAB.....	1.000.000	0,09	-	-	-	1.000.000	0,07
Outros.....	230.363.543	21,19	146.920	228.480.858	86,08	458.991.321	33,94
	<u>1.087.050.297</u>	<u>100,00</u>	<u>146.920</u>	<u>265.436.883</u>	<u>100,00</u>	<u>1.352.634.100</u>	<u>100,00</u>

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1.2. Posição dos Controladores, Administradores e Ações em Circulação em 30 de setembro de 2011 e 2010**

	Quantidades de Ações Em Unidades - 30.09.2011							
	Ordinárias	%	Preferenciais Classe A	%	Preferenciais Classe B	%	Total	%
Controlador e Grupo de Controle.....	104.038.786	95,30	-	-	28.928.269	13,50	132.967.055	40,10
Administradores:								
Conselho de Administração.....	3	0,00	2	0,00	103	0,00	108	0,00
Diretoria.....	60	0,00	-	-	5.100	0,00	5.160	0,00
Conselho Fiscal.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas.....	5.128.709	4,70	8.119.546	100,00	185.364.004	86,50	198.612.259	59,90
	<u>109.167.558</u>	<u>100,00</u>	<u>8.119.548</u>	<u>100,00</u>	<u>214.297.476</u>	<u>100,00</u>	<u>331.584.582</u>	<u>100,00</u>
Ações em Circulação.....	5.128.709	4,70	8.119.546	100,00	185.364.004	86,50	198.612.259	59,90

	Quantidades de Ações Em Unidades - 30.09.2010							
	Ordinárias	%	Preferenciais Classe A	%	Preferenciais Classe B	%	Total	%
Controlador e Grupo de Controle.....	104.038.786	95,30	-	-	28.928.269	13,76	132.967.055	40,60
Administradores:								
Conselho de Administração.....	7	0,00	5	0,00	202	0,00	214	0,00
Diretoria.....	28	0,00	-	-	400	0,00	428	0,00
Conselho Fiscal.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas.....	5.128.737	4,70	8.119.543	100,00	181.286.696	86,24	194.534.976	59,40
	<u>109.167.558</u>	<u>100,00</u>	<u>8.119.548</u>	<u>100,00</u>	<u>210.215.567</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
Ações em Circulação.....	5.128.737	4,70	8.119.543	100,00	181.286.696	86,24	194.534.976	59,40

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
CESP - Companhia Energética de São Paulo
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da CESP - Companhia Energética de São Paulo ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Informação intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a informação intermediária do valor adicionado ("DVA"), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de novembro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Iara Pasian
Auditores Independentes Contadora
CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 121517/O-3